



Edson Aparecido

Governo do Estado preservará investimentos municipais.

Página 30

Arthur Chioro

SUS: "A regionalização é parte essencial do atendimento no setor". Página 19



Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano VII • Número 57



MÁRCIO FRANÇA
Vice-Governador do Estado de São Paulo

MARCOS MONTI
Presidente da APM e Prefeito de São Manuel

ANTONIO LUIGI ITALO FRANCHI
Prefeito da Estância Histórica de Serra Negra

ESPECIAL 59º CEM

Durante o 59º Congresso Estadual de Municípios, em Serra Negra, debates aprofundam compreensão dos desafios e lançam quatro propostas concretas para encontrar soluções. Páginas 12 a 53.

Nova lei contempla com recursos, municípios de interesse turístico. Página 10

Sumário

04 Diretoria

Gestão 2013 / 2016

05 Editorial

Marcos Monti

08 Artigo:

Educação Sanitária em Defesa da Agropecuária

10 Atividades da APM

Nova lei contempla com recursos municípios de interesse turístico

12 ESPECIAL

59º Congresso Estadual de Municípios

53 Carta de Serra Negra



Palácio das Águas - Prefeitura Municipal de Serra Negra



54 Galeria de fotos

59º Congresso de Municípios

61 Municípios Aniversariantes

Maio e Junho - 2015

68 IPT

Uso doméstico de água de chuva durante situação de crise hídrica



72 IBGE

A importância das Pesquisas e da Escola Pública em São Paulo

76 TCE

A preocupação do Tribunal de Contas

79 XVIII Marcha a Brasília

80 Análise Jurídica

Novas regras para as parcerias com a Administração Pública

82 Casos e Causos



Presidente da APM

Marcos Roberto Casquel Monti
Prefeito de São Manuel
(1993 a 1996 e 2013 a 2016)

2º Vice-Presidente

Jonas Donizette
Prefeito de Campinas (2013 a 2016)

Secretário Geral

Carlos Alberto Cruz Filho
Vice-Prefeito e Vereador de Campinas
(1983 a 1988 e 1997 a 2000)

2º Secretário

Sebastião Misiara
Vereador de Barretos
(1972 a 1996)

3º Secretário

Antonio Cesar Simão
Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

3º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito de Bertioga
(1993 a 1996 – 2009 a 2012 e 2013 a 2016)

4º Vice-Presidente

Belkis Gonçalves Santos Fernandes
Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

Tesoureiro Geral

Aquevirque Antonio Nholla
Vice-Prefeito e Vereador de São João da
Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Tesoureiro

João Emílio Buzzo
Prefeito de Mendonça
(1989 a 1992 e 1997 a 2000)

2º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues
Prefeito de Aparecida
(2001 a 2008)

3º Tesoureiro

Maria Antonieta de Brito
Prefeita de Guarujá
(2009 a 2012 e 2013 a 2016)

Comissão de Sindicância

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior – Prefeito de Taubaté (2013 a 2016)
Newton Rodrigues Freire – Prefeito de Gália (1989 a 1992 – 2013 a 2016)
Flávio Callegari – Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

Conselho Fiscal

Lauro Michels Sobrinho – Prefeito de Diadema (2013 a 2016)
Roque Joner – Prefeito de Pratânia (1997 a 2004 – 2013 a 2016)
Silas Bortolosso – Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

Conselho Deliberativo

Marilene Mariottoni – Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)
Geraldo Antônio Vinholi – Prefeito de Catanduva (2013 a 2016)
Luiz Souto Madureira – Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

Propostas concretas para salvar municípios



Esta edição retrata com riqueza de detalhes o 59º Congresso Estadual de Municípios que a APM realizou, na cidade de Serra Negra, entre os dias 7 e de 10 de abril. Debates os problemas de Transporte, Educação, Habitação entre outros, mas elegemos a Saúde como tema principal por ser o fator que mais afeta a gestão municipal nos dias de hoje. Colocamos o dedo na ferida. Saúde é política de Estado e isso quer dizer responsabilidade compartilhada por União, Estados e Municípios.

E o debate numa hora dessas precisa ser, como foi, suprapartidário. Centramos nossa atenção na análise detalhada dos fatores que tornam o custeio da Saúde um fardo pesado e injusto sobre os ombros dos municípios.

Falando em nome desta APM, chamei a atenção dos mais de 4 mil participantes para o fato de que os momentos de crises precisam ser enfrentados com transparência, com criatividade e com o espírito aberto às novas oportunidades que toda crise traz consigo.

Após horas de debates, sugestões, críticas, reunimos quatro propostas concretas que, ao sintetizar o 59º Congresso, representam o elo de união dos municipalistas (leia o conjunto de propostas na página 23) para as tarefas que temos pela frente. A partir delas devemos e precisamos mobilizar nossa energia, para que saiam do papel e ganhem a realidade das nossas cidades.

Somente juntos, atuantes, informados, conseguiremos transformar o atual estado de coisas. Em dezembro, o Congresso Nacional terá em suas mãos a análise da emenda que desvincula receitas da União. É um alvo que os municipalistas não podem perder de vista.

Estamos atentos, mobilizados, conclamando para outras etapas deste diálogo que, a nosso ver, não pode parar jamais, pois dialogar é tanto a essência da atividade política quanto a seiva que nutre profundamente os municipalistas de São Paulo e do Brasil.

Saudações municipalistas.

MARCOS MONTI
Presidente da APM

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

MAIO / JUNHO 2015

CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lucas Echimenco
MTb 13.707

DIREÇÃO DE ARTE

Núbia Barros

FOTOS

UNIFAE

Foto capa: Marco A. Cardelino

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações
e números atrasados:

(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

**BAIXE
MAIS
FACILIDADE
PRO SEU
DIA A DIA**



SP SERVIÇOS:

A LOJA DE APLICATIVOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Available on the iPhone

App Store



ANDROID APP ON

Google play



INFORMAÇÕES SOBRE TRENS, METRÔ, PONTOS NA CNH, MULTAS DE VEÍCULOS **E MUITO MAIS.**

Conheça alguns apps disponíveis no **SP Serviços**:



CPTM Oficial

Informações em tempo real sobre os trens metropolitanos de São Paulo, como mapas e horários.



Acessa SP

Traz o endereço e os serviços disponíveis em cada um dos mais de 800 postos do programa de inclusão digital do Estado de São Paulo.



EMTU Oficial

Informações em tempo real sobre o itinerário e a localização das linhas de ônibus intermunicipais das regiões metropolitanas de São Paulo.



Detran.SP

Facilita sua vida na hora de consultar informações como pontos na sua CNH, multas e restrições do seu veículo.



Consulta GTA

Produtores rurais e fiscais do Estado podem consultar a autenticidade e validade da GTA, documento obrigatório no transporte de animais.



CDHU

Gera boleto da última prestação ou de prestações em atraso de mutuários de imóveis financiados pela CDHU.



SAP

Consulte a qualidade do ar e as condições das praias. Localize parques, postos de coleta de óleo de cozinha, acompanhe as últimas notícias e acesse as redes sociais da Secretaria do Meio Ambiente.



Casa Paulista

Permite que os gestores do Estado, dos Municípios e o próprio cidadão obtenham informações sobre investimentos em programas habitacionais.

Prático, fácil e gratuito. Os aplicativos do Governo do Estado de São Paulo em um único lugar: no seu dispositivo móvel. Com o SP Serviços, você ganha muito mais facilidades para o seu dia a dia. **Conheça o SP Serviços em www.sp.servicos.sp.gov.br**



EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA DA AGROPECUÁRIA

*Por Izabel Cristina Cardoso Giovannini, Cleonice Natália Sguarezi e Jairo da Costa e Silva**

O setor do agronegócio representou 23% do PIB nacional em 2014 (Cepa), e com a globalização, o país começou a exportar mais produtos para maior número de países.

Porém, o crescimento do comércio exterior no sentido inverso permitiu a introdução de pragas exóticas, causando prejuízos à agropecuária e os países importadores ficaram mais exigentes quanto à sanidade dos produtos agropecuários brasileiros. Essa situação também é observada na relação de comércio envolvendo produtos de origem animal e vegetal, entre os estados brasileiros. Garantir a sanidade e a qualidade nas cadeias

produtivas do agronegócio brasileiro é responsabilidade do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, e no estado de São Paulo é atribuição da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA/SAA, por meio de legislações e atividades de fiscalização.

Ações de Defesa Sanitária, sem conteúdo educativo, criam sentimentos de rejeição da comunidade ao Serviço de Defesa. Por isso a Educação Sanitária é considerada atividade estratégica e instrumento de Defesa Agropecuária, pois promove a compreensão e aplicação da legislação sanitária, por meio de projetos educativos, estimulando o comprometimento dos

segmentos produtivos e da comunidade, quanto à necessidade e benefícios decorrentes da manutenção da sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos e serviços ligados à agropecuária. A Educação Sanitária é um processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público alvo, e tem como objetivo melhorar as condições diretas ou indiretas da saúde do indivíduo, dos animais, das plantas e do meio ambiente.

Ela somente se realiza, efetivamente, na medida em que o público a quem ela se dirigir internalizar a idéia (conhecimento e atitude) e passar a adotá-la (ação). O desafio é que o público-alvo adote novos comportamentos, de acordo com os objetivos sanitários propostos.

Para que os resultados desejados sejam alcançados, deve ser observado em conjunto a tríade que envolve o conhecimento de Epidemiologia (estudo de pragas e doenças visando monitorar, localizar e elaborar estratégias para conter sua disseminação), as ações de Defesa Sanitária (legislação baseada na epidemiologia, para evitar disseminação ou entrada de pragas e doenças de importância econômica, social e ambiental) e ações de Educação Sanitária.

Em 15/05/2008 foi instituído o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA), pela Instrução Normativa 28/2008. No segundo semestre de 2010, reconhecendo que o sucesso do PROESA depende, em grande parte, da ação articulada e sinérgica do conjunto das instituições e segmentos sociais envolvidos ou interessados em atividades dessa natureza, a SFA/SP/MAPA, a CATI/SAA/SP, a CDA/SAA/SP e a Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo - FAESP, formaram a Comissão de Educação Sanitária no Estado de São Paulo - CESESP, que tem por objetivo ser um fórum para discussão de idéias e projetos nessa área no estado, criando oportunidades de planejamento comum e de lançamento das bases para uma eventual cooperação operacional.

Várias entidades contam com representantes nessa comissão: MAPA, EMBRAPA, CATI, CDA, APTA e IEA da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, FAESP, Secretarias de Saúde, Saneamento e Educação, CETESB, USP, UNESP, APM, INPEV, ANDEF, FUNDECITRUS e FMU.

Dentro da CESESP foram levantados alguns assuntos prioritários, para os quais foram criadas as Subcomissões de: Ensino Técnico e Universitário, de Ensino Fundamental e Médio, de Destinação de Resíduos e Embalagens de Produtos Veterinários e Subcomissão de Resíduos de Embalagens e Produtos Veterinários.

O primeiro produto do trabalho dessas Subcomissões foi uma proposta de disciplina sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária para os ensinos técnico e universitário. Foi elaborado também um relatório técnico, visando estabelecer as responsabilidades do setor privado quanto à destinação e logística reversa dos resíduos sólidos inorgânicos. Esse documento foi enviado, em dezembro de 2014, para o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários do MAPA/DFIP, propondo a criação de legislação nessa área. Várias outras atividades na área de Educação Sanitária tem sido desenvolvidas pelas entidades que participam da CESESP. Destacamos algumas que tiveram participação de representantes de diversos órgãos: Cursos para Formação de Multiplicadores no Método SOMA, Aplicação de questionário educativo, em 118 propriedades rurais, sobre a raiva dos herbívoros e medidas de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina e Encontro Técnico sobre alimentação de ruminantes, no município de Socorro (SFA-SP, CATI/SAA, CDA/SAA e prefeitura), entrevista técnica sobre Anemia Infecciosa Equina (AIE) em 03 estações de rádio, reunião técnica com os organizadores da Cavalaria de São Benedito e aplicação de questionário educativo sobre medidas preventivas para AIE, no município de Guaratinguetá (SFA-SP, FMU, cooperativas e prefeitura), Projeto Sanitarista Mirim nos municípios de Novo Horizonte, Guataporã e Presidente Epitácio (CDA/SAA e prefeituras).

Izabel Cristina Cardoso Giovannini (MAPA/SFA/SP)
Cleonice Natália Sguarezi (SAA/CDA/SP)
Jairo da Costa e Silva (Prefeito de Tarumã)



NOVA LEI EXTENDE AOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO, DIREITO AOS RECURSOS DO FUNDO DE MELHORIA DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS

Em concorrida solenidade no Palácio dos Bandeirantes no dia 29 de março, o Governador Geraldo Alckmin sancionou o Projeto de Lei Complementar 32/2012, que cria os municípios de Interesse Turístico, e os contempla com recursos do Fundo de Melhorias das Estân-

cias, que nesse ano é de 268 milhões.

A nova LEI teve sua tramitação acelerada, por influência do Governador, que se empenhou para que sua divulgação se desse durante o Congresso da Associação Paulista de Municípios.

Em sua fala, o Governador destacou a importância da nova LEI, que vai gerar empregos

e renda. “O turismo gera empregos com menor investimento de capital. O Estado tem vocação turística, infraestrutura disponível como aeroportos e hotéis, as melhores estradas do país, longa extensão de praias, além da generosidade e receptividade do povo paulista”.

Prosseguindo em sua fala, Alckmin destacou que o início das negociações para esta ampliação se deu no 56º Congresso de Municípios, em 2012, em São Vicente, quando no encerramento, anunciou a ideia de modificar a LEI das Estâncias, razão pela qual, pediu para que Marcos Monti, Presidente da APM, falasse em nome dos 645 municípios do Estado.

Marcos Monti destacou o anúncio feito no Congresso de São Vicente, e as caravanas e audiências públicas feitas em parceria com a UVESP, para disseminar a proposta, e disse mais. Agradeceu a Assembleia Legislativa, sua Mesa diretora e suas Lideranças pelo apoio à LEI, que não segue critérios políticos, mas reconhece aspectos objetivos e ao empenho dos municípios para serem reconhecidos e enquadrados na classificação, fazendo questão de registrar a contribuição do Deputado João Caraméz, ao criar e presidir a Frente Parlamentar dos Municípios de Interesse Turístico, realizando inúmeras Audiências Públicas.

Por fim, Marcos Monti destacou que o apoio do Governador Alckmin à APM e ao municipalismo, consequência de sua identidade histórica com o movimento, é retribuída com as ações que a entidade faz questão de empreender em apoio e aprovação ao trabalho executado pelo Governo em favor dos municípios e do povo paulista.

O Secretário de Turismo do Estado, Roberto de Lucena, destacou a importância econômica da nova LEI, que cria novas oportunidades de crescimento do setor, que gera mais de um milhão de empregos diretos e mais dois milhões indiretos e movimentou 56 setores da economia.

O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Capez, afirmou que, como



Marcos Monti, Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, em reunião com o Governador Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes quando da sanção das mudanças.

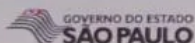
municipalista que é, ficou feliz em poder anunciar a promulgação da LEI, no 59º Congresso Paulista de Municípios, reafirmando a sintonia com o Governo do Estado, a independência do Legislativo, e seu compromisso de uma gestão austera, eficiente e absoluta transparência à frente do Legislativo Estadual.

59º CONGRESSO EST

Realização



Apoio



Patrocínio



Bradesco

De 07 a 10 abril de 2015 - Cen



Tendo a seu lado o Vice-Governador, Márcio França, e o Prefeito de Serra Negra, Ítalo Franchi, o presidente da APM, Marcos Monti, comanda a cerimônia de abertura do 59º Congresso.

59º Congresso da APM reúne municipalistas, aprofunda discussão e apresenta propostas

ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Serra Negra / SP

Centro de Convenções Circuito das Águas

Apoio Institucional



FUNDACÃO
MUNICIPAL DE
TERRAS

FESP



TUR SP
SECRETARIA DE TURISMO

CENTRO PAULO SOUZA

ARTESP

PORTO
SANITÁRIO

FRODESP

CDHU

METRO

EMTU

detran.sp

DESENVOLVE SP

Imprensa oficial



Durante quatro dias, cerca de 4 mil pessoas acompanharam os painéis temáticos do 59º Congresso Estadual de Municípios da Associação Paulista de Municípios. Saúde foi o grande tema do encontro. Participaram Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Deputados Estaduais e Federais, Secretários de Estado, Ministros e representantes de órgãos importantes como Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado. Ao final do evento, Marcos Monti, presidente

da APM, apresentou quatro propostas essenciais que podem atenuar os impactos danosos do atual modelo de transferências de recursos públicos entre os membros da Federação Brasileira. “Se as coisas continuarem do jeito que estão, os municípios não vão aguentar”, resumiu Marcos Monti. Leia a seguir, a cobertura completa do evento.

Textos de Lucas Echimenco



Saúde: o grande desafio do Brasil

Tema central do 59º Congresso Estadual de Municípios, o financiamento da Saúde teve o destaque que merece a partir do encontro que reuniu a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élidea Graziane Pinto, o Secretário Estadual de Saúde de São Paulo, David Uip, o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Fernando Casquel Monti, e o Ministro da Saúde Arthur Chioro.

Na mesa de debates, coordenada pelo prefeito de Campinas e vice-presidente da APM, Jonas Donizetti, também estiveram os deputados Itamar Borges, Emir Chedid, Marcia Lia, Célia Leão (estaduais) e Herculano Passos (federal).

Na abertura dos trabalhos, o Prefeito de Cam-

“Saúde é o tema que mais preocupa a população, por isso deve ser mesmo a maior preocupação dos prefeitos”.

Jonas Donizetti, Prefeito de Campinas

pinas analisou a conjuntura brasileira na qual comumente se diz que a Saúde é a principal preocupação dos chefes do Executivo Municipal. “Essas coisas devem estar conectadas. Por ser a maior preocupação da população é a maior preocupação dos Prefeitos”, disse ele.

Logo em seguida, a procuradora Élidea Graziane iniciou seu pronunciamento lembrando que todas as suas declarações se davam num ►



Élida Graziane: “Pela Constituição, em 1989 a Seguridade social já deveria estar recebendo 30% dos recursos”.

contexto muito claro: “O que tenho a dizer, digo no âmbito de um inquérito civil público em que o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo instauraram para discutir o subfinanciamento federal da saúde pública no Brasil”.

Segundo ela, há uma mudança de postura por parte dos juízes e promotores brasileiros: “há hoje maturidade no sentido de acatar demandas que visem a deslocar para a Justiça Federal, tanto quanto possível, a competência de algumas ações judiciais que os prefeitos têm suportado sozinhos”. Élida lembrou que o subfinan-

ciamento da saúde pública não é um problema recente, tendo origem no período próximo posterior à Constituição de 1988. “O processo de consolidação do direito à Saúde é que seguiu um caminho errático, irregular, e continua errático ainda hoje”.


Élida explicou como o processo tomou tal caminho e qual foi a principal consequência: “Se lembrarmos que o Artigo 55 da DCT (Disposições Constitucionais Transitórias) estabeleceu que em 1989 a Saúde teria 30% dos recursos destinados à seguridade social no País, teríamos hoje, cerca de R\$ 240 bilhões por ano para o atendimento à saúde”.

A procuradora foi enfática ao lembrar: “apesar do preceito estabelecido na Constituição de que o atendimento direto compete em primeiro lugar aos municípios, essa prestação direta do serviço ocorre com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados”.

Élida falou da importância de discutir e questionar legalmente a DRU – (Desvinculação das Receitas da União) cuja vigência se encerra em dezembro de 2015.

Tal desvinculação se deve ao fato de o governo federal, ao longo dos últimos 21 anos, ter lançado mão de sete emendas constitucionais via Ato das Disposições Transitórias, ou seja, através de medidas de validade emergencial, e assim perpetuar uma solução que deveria ser momentânea. “Essa desvinculação retira, no nascedouro, 20% dos recursos que deveriam dar suporte aos gastos com Seguridade Social como um todo (Saúde, Previdência e Assistência Social). É esse quadro que caracteriza o que o inquérito civil público instaurado classifica como “inconstitucionalidade progressiva da DRU”.

Portanto, alerta a procuradora, há algo mais grave do que uma mera alocação reduzida de recursos: “Dizer que não há dinheiro para a Saúde é não discutir com seriedade as próprias normas constitucionais”, afirmou ela.

Há no horizonte político, contudo, uma possibilidade de alteração desse quadro, lembra a procuradora. Em 31 de dezembro deste ano acaba a validade da sétima emenda e o Congresso poderá ser levado a prorrogar sua duração pela oitava vez. “Prefeitos podem e devem debater com seus representantes no Parlamento para evitar isso”. 



Piso não é teto

Há outro obstáculo a ser vencido por prefeitos e gestores públicos no campo político, lembra ainda a procuradora Élidea Graziane Pinto: trata-se dos gastos autorizados. “Ao longo dos últimos 15 anos, as leis orçamentárias continham dotações autorizadas. E nunca se gastou exatamente o autorizado na lei, exatamente para manter o piso como teto”, explica ela, que explicou o que isso significa: “Um piso que nunca aceita acréscimo se torna teto, deixando de lado a noção de que o direito à saúde é progressivo, e ainda deixa de respeitar a ideia de que a União tem de participar com a mesma intensidade dos demais entes do pacto federativo”.

Essa distorção foi apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2013, e até aquele momento, partindo-se do ano de 2008, pelo menos R\$ 20,4 bilhões deixaram de ser investidos em saúde. No cômputo geral a partir do ano 2000, o montante não executado chega a R\$ 140 bilhões. Esses dados, segundo a procuradora, são de várias fontes, entre elas o TCU e o Conselho Federal de Medicina.

Élidea Graziane Pinto analisou as implicações práticas da Emenda Constitucional 86, promulgada em março deste ano, oriunda da PEC 358/13, conhecida como PEC do Orçamento Impositivo.

Segundo Élidea, tal emenda acabou impedindo que se discutisse o subfinanciamento público da saúde mais profundamente e, pior, sancionou a intenção de gastar menos a cada ano. Ela adverte: “se algum juiz tinha dúvida, até o ano passado, sobre a queda da participação constitucional no custeio da saúde pública brasileira, a Emenda 86 acaba com a dúvida, pois comprova objetivamente, juridicamente,



Alerta importante da procuradora Élidea Graziane: “Juizes estão atentos. Se dúvidas haviam sobre o subfinanciamento da Saúde, hoje não há mais”.

que a União aplicou em 2000 mais do que aplicará em 2016”. E isso tudo tem impacto direto nos municípios. Élidea citou um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) segundo o qual, no ano 2000, a União aplicava 60% do total dos recursos públicos destinados à Saúde. Mas em 2012, o montante caiu para 44%. “Quem arcou com a diferença de 16%? Os prefeitos”, diz a procuradora. Contudo, esclareceu, a raiz do problema está no Ministério da Fazenda e não no Ministério da Saúde. “É muito importante ter noção bem clara sobre a origem do problema. Se necessário vamos judicializar mas vamos fazer isso na raiz do problema”.

Segundo Élidea, também por causa dos processos judiciais, 71 municípios do Estado de São Paulo já gastam 30% do orçamento municipal.

Outro obstáculo a ser enfrentado, disse ela, é a subestimativa do quanto pesa no orçamento local os programas federais que a União repassa aos municípios. “Se não resolverem isso, os prefeitos darão como contrapartida mais do que os dois terços do quanto de fato esses programas custam.”

Municípios paulistas atendem o Brasil

Em seu pronunciamento, o Secretário Estadual da Saúde, David Uip, apresentou uma série de dados que aprofundam o conhecimento dos gestores públicos a respeito dos mecanismos de financiamento da Saúde, com variadas consequências na vida dos municípios e sua capacidade para gerir os serviços de Pasta. No comparativo dos números relativos apenas ao Estado de São Paulo, no ano 2000, a União participava com 39% dos gastos no setor, o tesouro estadual com 29% e os municípios com 32%. Em 2013, a União entrou com 24%, o estado com os mesmos 29% e os municípios com 46,2%.

Como parte da realidade que esses números escondem, David Uip apresentou uma série de dados preocupantes, mostrando que os maiores problemas no setor são gestão de qualidade e subfinanciamento a partir do Governo Federal.

O secretário revelou que a judicialização da saúde, por exemplo, atinge um patamar da ordem de R\$ 500 milhões, fator que associado aos repasses que a União deixa de fazer ao Estado, acaba causando um impacto superior a R\$ 2,5 bilhões no orçamento estadual.

Outro dado impactante revelado por David Uip: São Paulo atende 44% dos casos de atendimento médico de alta e média complexidade do Brasil. “Eu me sinto secretário de Saúde do Brasil”, reforçou o secretário. Em 2010, o repasse federal (para média e alta complexidade) para os municípios foi de pouco mais de R\$ 2,6 bilhões. Em 2014, R\$ 4,2 bilhões. Já para o Estado o repasse foi de R\$ 2,6 bilhões em 2010 e R\$ 3,1 bilhões em 2014.

Contudo, “o maior repasse para municípios aconteceu somente para alguns municípios”, afirmou Uip sem entrar em maiores detalhes.



David Uip: “sinto-me Secretário de Saúde do Brasil”

O secretário abordou rapidamente vários dos projetos estratégicos do governo do Estado para ampliar tanto a abrangência quanto a qualidade do atendimento no setor de saúde, como a construção de novos hospitais. A boa notícia para os prefeitos, dada por David Uip, foi a de que São Paulo propôs ao Governo Federal uma nova forma de partilha para o custeio dos serviços do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e do Grupo de Atendimento e Resgate às Urgências (GRAU).

Atualmente, segundo ele, o SAMU funciona separado do GRAU. E as despesas são custeadas nas seguintes proporções: 50% pela União, 25% pelo estado e 25% pelos municípios. O secretário David Uip foi enfático: “Não podemos politizar o atendimento médico. Nossa proposta é integrar SAMU e GRAU e dividir a conta por dois, União e Governo do estado, tirando completamente o peso desses fatores nos orçamentos municipais.



Os desafios de construir um sistema de saúde

Por sua vez, Fernando Casquel Monti, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), apresentou um conjunto de números recém-saídos de uma pesquisa da entidade com dados do Sistema Integrado de Orçamento Público em Saúde.

“É muito difícil montar e universalizar um sistema de saúde, sobretudo num país tão complexo quanto o Brasil, com 5.580 municípios, 27 estados e a União, que devem atuar de forma solidária”, disse ele.

O grande objetivo das discussões, preconiza Fernando Monti, deve ser a busca da sustentabilidade do sistema. Para dar uma noção das dificuldades, ele afirmou que entre a promulgação da Constituição Federal, a Emenda Constitucional 29 e a Lei Complementar 141, essência do arcabouço legal do SUS, passaram-se 24 anos. Fernando Monti também citou o movimento Saúde + 10, um árduo esforço de caráter popular que reuniu 2 milhões de assinaturas e que demandava a aplicação de 10% dos recursos da Receita Bruta da União. Mas aquele formato não prevaleceu e fez garantir aos municípios um percentual inferior ao pretendido.

Há ainda no cenário social brasileiro, analisou Fernando Monti, um viés de frustração, pelo não reconhecimento do que é feito em termos de melhorias, e de outro alimenta uma ilusão, a noção de que todos têm direito a tudo. “Isso não existe em lugar nenhum do mundo”.



Fernando Monti, Presidente do CONASEMS e Secretário de Saúde de Bauru

“Mais do que transtornos, a judicialização produz iniquidades.”

A judicialização é outro grande problema a ser entendido, disse Monti: “mais do que transtornos, a judicialização produz iniquidades”.

Ele se referia ao fato de decisões judiciais obrigarem à compra de medicamentos caríssimos que ao final nem podem ser usados, consumindo recursos que poderiam atender de forma mais eficiente um número maior de pessoas necessitadas.

Fernando Monti crê que a saída será aprofundar tanto a discussão do pacto federativo quanto a alocação de mais recursos para a área da Saúde.



SUS é único no mundo

O ministro da Saúde Arthur Chioro fez uma veemente defesa do princípio de universalização da Saúde a partir da Constituição de 1988. “O SUS é um avanço civilizatório no Brasil. Nenhum país do mundo tem um sistema parecido”, disse ele.

Usando como metáfora um copo com apenas dois terços de água, Chioro afirmou que a sociedade brasileira, ao longo dos últimos 27 anos, “só consegue enxergar a parte que falta”. Nesse período, lembrou ele, houve muito mais do que atendimento médico, “houve produção de cidadania, de maior expectativa de vida, de serviços de acompanhamento ao envelhecimento”, entre outras conquistas.

Mais do que um mero serviço de atendimento público, disse o ministro, o SUS é um sistema que depende de procedimentos novos e mais

abertos por parte de todos os entes interfederativos: “O SUS somente se concretiza à medida que consigamos qualificar o pacto federativo, com a aceitação das responsabilidades por parte de cada agente dele participante”.

Com relação ao financiamento público da Saúde, Chioro deu um importante alerta: “custo de saúde não responde a nenhum outro indicador oficial, seja da inflação, seja de crescimento do PIB, isso não é somente no Brasil que ocorre, mas em todo o mundo”.

Ele deu como amostra o fato de a inflação na área da Saúde ter crescido a uma taxa da ordem de 17% no ano passado, muito acima dos padrões inflacionários de um dígito, alvo prioritário das políticas econômicas.

Com relação ao papel dos municípios, o ministro disse que “não haverá sustentabilidade ►



Jonas Donizette, Prefeito de Campinas

(do sistema de saúde) se o município não for pensado como um subsistema que se qualifica, que se complementa, na medida da qualidade do relacionamento que tiver com os demais agentes promotores da saúde pública”. E isso implica, disse ele, na plena regionalização do SUS: “esse não é um termo que nos serve apenas como discurso, a sustentabilidade depende da regionalização”.

O ministro da Saúde analisou também tendências mundiais no que diz respeito à característica intrínseca dos equipamentos de saúde, como os hospitais. “As pediatrias, 27 anos atrás, eram enormes. Hoje são pequenas porque surgiram os programas de prevenção da família, de vacinação, de aleitamento materno, entre outros”, fazendo cair a necessidade de maior número de leitos. Em compensação, aumentou a demanda de leitos nas UTIs num movimento de redefinição de critérios que implicam novas relações de custos. Chioro apontou

“ Estão olhando apenas o que falta no SUS”.

um descompasso que acaba implicando em problemas como a falta de médicos. “Continuamos com a herança do INAMPS, que é o pagamento por procedimento”. Segundo o ministro, esse sistema visa mais a “produção”, ou seja, atender o maior número de pessoas sem melhores critérios de qualidade. “A lógica do pagamento centrada no ato médico é profundamente perversa e está sendo substituída no mundo todo”.

O sistema que está substituindo o pagamento por ato médico, informou o ministro, é o de pagamento pelo conjunto de necessidades que o usuário tem garantidas no qual o hospital, de qualquer espécie, tem o compromisso de “não largar o paciente com uma ficha na mão, achando que ele vá montar seu próprio itinerário terapêutico”. E para quem critica o ministro dizendo que as mudanças são ideias dele, Chioro explica: “essa ideia não é minha, é do ex-ministro Adib Jatene, surgiu em 1996 quando ele começou a pagar ►



um conjunto de procedimentos da atenção básica de saúde não mais pelo procedimento mas pelo piso do setor”.

Esse critério, esclareceu Chioro, é o elemento de mudança que faz com que o montante aplicado seja visto com outros olhos: “hoje, 52% do que a União transfere para estados e municípios na área de média e alta complexidade já não é mais com base na tabela, aparece na forma de incentivos por um conjunto de ofertas que não visam apenas aumentar a “produção”.

Outro ponto destacado pelo ministro da Saúde foi a qualificação dos processos de gestão. “É um imperativo, a sociedade brasileira não aceita mais colocar dinheiro em políticas públicas que não façam bom uso do dinheiro, e que tal uso não seja transparente”.

A propósito, Chioro deixou no ar o sinal de que outro tipo de solução seja conseguir uma nova fonte de obtenção de recursos: “se a gente quiser disputar com a sociedade brasileira mais recursos para a Saúde, nós vamos ter de passar ao conjunto da sociedade a confiança de que cada centavo será bem utilizado”.

Reforma do Estado

Para o ministro da Saúde, os modelos de gestão brasileiros são produto de um débito institucional: “O Brasil vive desde a Constituição de 1988 um débito, que é uma reforma do Estado que consiga trazer para as políticas públicas um modelo, uma ferramenta, um dispositivo adequado ao grau de complexidade do nosso sistema de saúde”.

Segundo Chioro o que existe hoje são “arremedos” de modelos, seja na forma de OS ou OCIPS. “Falta algo essencial: se não houver clareza, muita clareza, daquilo que se quer construir, como projeto técnico e político pelo qual as cidades se integrem regionalmente, nenhum modelo de gestão funcionará”.

Nesse novo modelo de gestão, pensa Arthur Chioro, alguns “limites concretos” precisarão ser enfrentados, por exemplo a Lei de Responsabilidade Fiscal: “Nenhum de nós pode, em sua consciência, negar o avanço que essa lei trouxe para o Brasil do ponto de utilização dos recursos públicos. Mas essa mesma lei é absolutamente inadequada para tratar uma política pública que tem um componente essencial que é o gasto com pessoal concentrado em categorias de nível superior e que coloca as prefeituras, na maior parte do Brasil, numa condição inviável em termos de administração direta de qualquer investimento. Ela força os prefeitos a buscarem alternativas de gestão para sobreviver e não se colocar na ilegalidade”. Os marcos da administração direta, no Brasil, lembrou o ministro, “datam de 1966, período da ditadura, vindos de uma estrutura de Estado que não foi feito para operar e integrar o conjunto de demandas da população em termos de políticas públicas”.



“Artifício maroto”

Para o ministro, chamar o conjunto de investimentos federais em Saúde de “subfinanciamento” é um “artifício maroto”. Ele declarou: “Nós temos no Brasil um problema grave claramente identificado como subfinanciamento, geralmente mostrado graficamente numa forma de pizza, com as partes de cada ente federativo. Esse raciocínio é um artifício maroto para mostrar que o peso dos gastos ficou sobre os municípios, mas não mostra qual era o perfil de gastos e como ficou esse perfil ao longo das últimas duas décadas”.

Chioro afirmou: “não houve diminuição de gastos federais. Era subfinanciado e continuou sendo subfinanciado. Sabem por quê os estados aumentaram seus gastos na Saúde? Porque a partir da Emenda Constitucional 29, de 2000, os estados tiveram de gradualmente elevar tais gastos para chegar aos 12%”. O ministro foi além dizendo que alguns estados inflavam os números com atribuição de serviços que nada tinham a ver com saúde. “Esses estados relutaram em fazer até isso e só passaram a 12% de fato com a aprovação da lei 141 no Congresso”.

Ja nos municípios, a situação foi diferente, disse Chioro. Em 1999, em média, já gastavam 9,8%. Isso em nível Brasil.

“Os municípios brasileiros, e os paulistas em particular, não tiveram nenhuma dificuldade em ultrapassar os 15%”. Chioro disse que em 2009 cerca de 50 municípios do Estado de São Paulo já estavam aplicando acima de 30% em Saúde. Segundo o ministro, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), todos os entes da federação estão cumprindo sua parte.

Propostas dos municipalistas para mudar o Brasil

Medidas práticas por parte do governo do Estado e da União podem destinar mais verbas e melhorar gestão na área da Saúde

O presidente da APM, Marcos Monti, apresentou um resumo das propostas que os debates sobre Saúde no Brasil fizeram surgir durante o 59º Congresso Estadual de Municípios.

Marcos Monti ressaltou que os desafios na administração pública das cidades aparecem todos os dias. “Problemas nós temos muitos e por isso nós realizamos os congressos, para debater esses problemas, de forma suprapartidária, porque Saúde é antes de mais nada uma política de Estado”.

Isso quer dizer, lembrou Marcos, que a busca de soluções deve ser conjunta, constante e verdadeira: “a média de gastos dos municípios paulistas em 2014 chegou bem próxima dos 25% quando a obrigação determinada por lei é de 15%”.

Propostas para a União

DRU - Excluir os recursos destinados à Saúde da Desvinculação de Receitas da União (leia mais na página 16). Com esta medida cerca de R\$ 30 bilhões serão canalizados para o custeio da Saúde

Dotação - Criar uma dotação orçamentária específica para prover recursos aos pequenos hospitais e unidades mistas de saúde. Hoje, existem recursos apenas para atenção básica, através das UBS, e para o atendimento de média e alta complexidade.



Marcos Monti: “Saúde é política de Estado, deve ser discutida e equacionada de forma suprapartidária”.

Propostas para o Estado

Gestão - Implantar um sistema regional para racionalizar os gastos da Saúde. Isso evitará que as cidades tenham que gastar recursos apenas para compensar a falta de uma ou mais especialidades.

Recursos - Aumentar o valor repassado à atenção básica de saúde, hoje na faixa de R\$ 3 por habitante.

Após apresentar aos congressistas, na cerimônia de encerramento, os pontos capitais pelos quais os municípios devem lutar para ter uma vida melhor, Marcos Monti afirmou: “A luta municipalista não é algo pontual, que se resolve apenas num evento, é uma luta contínua e depende do empenho de cada um de nós, da nossa unidade, da nossa constância para lutar e transformar em realidade as mudanças que os municípios precisam. Melhorando a vida nos municípios estaremos melhorando o Brasil”.



Kassab anuncia fase 3 do Minha Casa Minha Vida

Situação dos municípios continuará difícil enquanto não houver um novo pacto federativo, diz Kassab. Programa Minha Casa Minha Vida terá mais 1 milhão de moradias


O ministro das Cidades, Gilberto Kassab, falou da importância das parcerias entre governo do Estado, União e Municípios. Ele disse que o Ministério das Cidades surgiu exatamente com essa finalidade e deve trabalhar para viabilizar recursos para as cidades, e por uma razão essencial: “hoje a situação é difícil, e essa situação vai permanecer enquanto não houver um novo pacto federativo no Brasil, o município que não estiver quebrado, vai quebrar, tais são as dificuldades que enfrentam hoje em dia, sobretudo por falta de recursos”.

Particularmente importantes são as obras de infraestrutura, disse Kassab, e precisamente essas obras não estão sendo tocadas porque as necessidades básicas, sobretudo na área da saúde, estão consumindo cada vez mais recursos. ►

“Os recursos que existem mal dão para educação, saúde e funcionalismo público e as obras de infraestrutura, que preparam o município para crescer acabam ficando em segundo plano”.

Minha Casa Minha Vida

Kassab abordou aspectos dos programas desenvolvidos pelo Ministério, como o Minha Casa, Minha Vida, “um programa que só existe no Brasil”. São cerca de 2 milhões de unidades entregues. E, segundo o ministro, nos próximos 12 meses, serão entregues mais 1 milhão e meio de moradias. “Em 9 anos serão mais de 6 milhões de unidades”, anunciou Kassab, o que representa 25 milhões de pessoas atendidas.

Gilberto Kassab assegurou que as parcerias com o estado e com os municípios paulistas vão continuar, agora na fase 3, com recursos já autorizados pela Presidente da República Dilma Rousseff. 

Governo do Estado de São Paulo propõe aumentar o valor-teto do Minha Casa Minha Vida, diz Secretário Estadual Rodrigo Garcia

São Paulo tem déficit de 1 milhão de moradias

O Estado de São Paulo tem um déficit habitacional da ordem de 1 milhão de moradias. Para que esse problema seja resolvido de maneira mais eficiente o Governo do Estado quer ampliar o ritmo de formalização de parcerias com o Ministério das Cidades. Atualmente, com recursos do Tesouro Estadual, 34 mil unidades habitacionais estão em construção.

Em sua palestra no 59º Congresso dos Municípios, o Secretário da Habitação, Rodrigo Garcia, declarou que entre as soluções proposta pelo governador Geraldo Alckmin está propondo ao Governo Federal está a elevação do valor máximo do programa Minha Casa Minha Vida.

“Queremos dar apoio às cidades que tenham abaixo de 50 mil habitantes e uma forma de fazer isso será unir os recursos do Estado e do Governo Federal”, disse Rodrigo Garcia. Segundo ele, cerca de 15 mil unidades já estão em condição de iniciar obras.



Infraestrutura, conquistas e objetivos

Com a presença do Ministro Edinho Araújo e do Secretário Estadual Duarte Nogueira, painel promoveu intercâmbio entre gestores públicos.

Um painel de caráter aparentemente técnico mostrou o quanto a colaboração entre vereadores, prefeitos, deputados, ministros será o grande fator de desenvolvimento do Brasil nos próximos tempos.

No encontro coordenado pelo deputado estadual Itamar Borges, o 59 Congresso Estadual de Municípios recebeu o Ministro dos Portos, Edinho Araújo e o Secretário Estadual de Logística e Transportes, Duarte Nogueira. Também participaram o Prefeito de Serra Negra, Italo Franchi, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Rinaldo Félix da Costa, e o deputado Ricardo Madalena.

Edinho Araújo fez uma explanação sobre os desafios do Ministério que comanda, não sem antes lembrar aos presentes de que o Estado de São Paulo tem uma característica diferenciada, com os portos localizados basicamente na costa, ao contrário de outras regiões do país.

Contudo, a condição de funcionamento dos portos impacta todo o País, disse o ministro. Segundo ele, 95% de tudo o que é produzido no Brasil passa pelos portos.

E os desafios são imensos. Edinho Araújo falou da importância das alterações regulatória ocorridas a partir da aprovação da Lei dos Portos, 12.815/13, surgida a partir da Medida Provisória 595, de dezembro de 2012.

Leis e regulamentos datados de tão pou-

co tempo sinalizam que há muito por fazer no sentido de melhorar as condições de operação, manutenção e redução dos custos para todos os entes federativos envolvidos.

O ministro traçou um panorama no qual caracterizou os tipos de portos atualmente existentes, controlados pela União, pelos estados e pelos municípios. No cenário brasileiro atual, disse o ministro, existem 200 portos, mas muitos mais poderiam ser construídos de modo tanto a aumentar a capacidade de movimentação de cargas quanto dotar o sistema de maior racionalização, evitando que mercadorias que poderiam ser embarcadas em locais mais próximos tenham que praticamente viajar o Brasil para chegar ao Porto de Santos. Edinho Araújo citou como exemplos três rios navegáveis, o Madeira, o Amazonas e o Tocantins, nos quais circulam cerca de 9 milhões de pessoas por ano. A melhoria na operação ao lado de custos menores depende, segundo o ministro, de investimentos vultosos, que requerem também a colaboração de vários entes governamentais, sobretudo no sentido

Ministros dos Portos, Edinho Araújo: “Novo programa vai racionalizar exigências legais”.



de que ocorra a interligação de vários modais, ou seja, de diversos meios de transporte, para que o acesso aos portos seja mais ágil e mais rápido. “Não tem sentido uma carga sair da cidade de Sorriso, no Mato grosso, que está muito mais próximo do Pará e do Maranhão, para chegar ao Porto de Santos ou de Paranaguá para ganhar outros mercados”, afirmou o ministro.

Para que as mudanças ocorram, Edinho Araújo citou um programa do governo federal conhecido como “Porto sem Papel”, que visa racionalizar as exigências legais, hoje compostas por mais de 140 papéis a serem preenchidos para

que o País possa exportar. O ministro disse que o governo federal tem interesse em estabelecer parcerias em todos os níveis de modo a que o Brasil tenha portos modernos e rentáveis.

Por fim, Edinho Araújo rendeu homenagens a prefeitos e vereadores. “Carrego comigo a experiência de prefeito, deputado e ministro, mas sobretudo com a determinação de ouvir, o grande segredo na vida política é ouvir sempre, mas com a visão do Estado, a que mais convém ao povo brasileiro, sempre de modo integrado pois vereadores e prefeitos são a locomotiva da democracia”.

São Paulo, as transformações necessárias e os novos tempos



Duarte Nogueira, Secretário Estadual de Logística e Transportes

O Secretário Estadual de Logística e Transportes Duarte Nogueira também traçou um panorama histórico no que diz respeito ao Estado de São Paulo. Em momentos distintos do seu pronunciamento, Nogueira mostrou a importância de tanto de boas posturas públicas quanto na ação estratégica de desenvolvimento.

Segundo ele, em 1995, o então governador Mário Covas assumiu o governo herdando um déficit público da ordem de 20%, ou seja, o estado

devia mais do que podia pagar. E no campo da logística e transportes, o cenário era altamente dependente do Estado.

“Em 1996, o déficit já estava reduzido a 3% e a partir de então nunca mais o Estado de São Paulo apresentou déficits orçamentários”, explicou o secretário. A partir desse delineamento, se iniciaram as mudanças na gestão dos serviços prestados. Um exemplo: entre 2011 e 2014 o governo do estado finalizou um total de melhorias em rodovias da ordem 8.623 km, com investimento de R\$ 13,6 bilhões. Atualmente, explicou o secretário, algumas obras estão em fase avançada, como a do rodoanel que estará concluído em 2017. Um simples dado pode ilustrar o que isso significa, afirmou Nogueira: “dos 8 milhões de containers existentes no Brasil, 3,6 milhões estão em São Paulo”.

Contudo, os desafios serão sempre grandes, lembrou Nogueira. São Paulo tem uma malha viária de 199 mil quilômetros. A boa gestão desse universo de estradas requer integração como outros modos de transporte.

Por isso, um objetivo estratégico, traçado com vistas ao ano de 2030 será a interligação dos eixos rodoviário e ferroviário. “Para que isso ocorra precisamos de trens mais adequados aos sistemas intermodais exclusivos, terminais e equipamentos adequados, sistema universalmente informatizado, entre outros fatores. E tudo será feito em sintonia com as prefeituras, com os prefeitos”.

Márcio França, Vice-Governador do Estado de São Paulo



Márcio França, o vice-governador municipalista

Ele participou ativamente do 59º Congresso Estadual de Municípios, ouviu lideranças, Prefeitos, Vereadores, Deputados. Por fim, deixou o ensinamento trazido por uma lição japonesa que somente os grandes homens públicos sabem eternizar.


Vereador, Prefeito, Deputado, Secretário de Estado, função que agora acumula com a de Vice-Governador do Estado de São Paulo, que responde pela produção de 42% da riqueza de todo o País. Esse é o perfil resumido de Márcio França, participou ativamente do 59º Congresso Estadual de Municípios. Mais do que estar presente, o Vice-Governador foi voz marcante ao longo de todo o 59º Congresso da APM. Márcio França deu o tom que balizaria toda a sua preocupação em ouvir as pessoas presentes: “Este é um evento importante, são 59 anos. Nada dura tanto tempo sem a força da união, sem o esforço de tanta gente que lutou muito para que chegássemos até aqui”, disse ele. ►

Em seu pronunciamento, o Vice-Governador propagou a filosofia que norteia a política de desenvolvimento da qual participa como Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação: “exista crise ou não, São Paulo precisa continuar crescendo”.

Para que isso ocorra, disse ele, é preciso ter muita disposição, criatividade, agilidade. “Às vezes um dos grandes entraves das crises nem é o dinheiro, mas sim a burocracia que impede a mais eficiente aplicação de recursos. De nossa parte, queremos quebrar o paradigma da burocracia”, afirmou França.

O Vice-Governador deu um exemplo. Ele anunciou que está em fase de implantação novos formatos de acesso que facilitarão vários procedimentos comerciais, como abertura e fechamento de em-

presas, pela internet, em poucos passos, sem filas e sem novas etapas que apenas retardam a solução de problemas. Outra linha de ação recomendada por Márcio França leva em conta a importância de se procurar olhar para as oportunidades que toda crise propicia. E o esforço nessa direção tem na atividade política um valor especial.

“Eu me orgulho muito da atividade política. A crise pode ser econômica, mas a solução será sempre política”, afirmou Márcio França, pois serão os políticos, cada qual no seu espaço de atuação, que terão o papel e a responsabilidade de apresentar propostas, tomar decisões estratégicas, fomentar e harmonizar tanto o investimento quanto a gestão criativa, eficiente, que traz resultados para o cidadão. 

“Autoridade é quem tem voto”

Ao realizar o pronunciamento de encerramento do 59º Congresso Estadual de Municípios, o Vice-Governador Márcio França deu um exemplo tanto da prática da arte política quanto da importância de uma postura de permanente abertura para os ensinamentos que a atividade política propicia.

Por ser o último a falar, França fez um exercício de concisão, substituindo a tradicional menção de todos os nomes de prefeitos, vereadores e demais gestores públicos pela narração de um episódio vivido por ele quando ainda prefeito de São Vicente. Por força de um convênio assinado em 1978, São Vicente é “cidade irmã” da província de Okinawa, no Japão. Na condição de prefeito, França foi recebido pelo prefeito da cidade de Naha, capital daquela província, para visita às autoridades locais.

Tempos depois, França recebeu aquela autoridade para uma visita de reciprocidade. Igualmente, preparou uma recepção, alocando o melhor ho-

tel, organizando a agenda de visitas, o que inclui observação rigorosa de horários.

Contudo, logo no início da jornada, França recebeu a notícia de que o visitante estava muito chateado, querendo saber que erros havia cometido quando Márcio França esteve no Japão.

Depois de várias perguntas, surgiu, enfim, a explicação. O visitante quisera saber, horas antes, quem na lista oficial de visitas era eleito pela população. Somente ao encontrar-se com o então prefeito Márcio França, o visitante esclareceu a situação: “há na lista apenas uma pessoa que foi eleita, vou visitar somente essa pessoa, autoridade é quem tem voto”. Relembrando esse caso, o Vice-Governador deixou a mensagem que homenageia Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores: “autoridades são vocês que conquistaram votos, que convivem diariamente com os anseios da população e sabem da importância dessa confiança”.

Municípios serão preservados, diz Edson Aparecido



Edson Aparecido, Secretário - Chefe da Casa Civil

Na sua participação no 59º Congresso Estadual de Municípios, chefe da Casa Civil anunciou medidas que vão acelerar realização de convênios e facilitar o acesso a recursos por parte dos municípios

Apesar de o Estado de São Paulo ter fechado 2014 com um superávit da ordem de R\$ 5 bilhões, o governador Geraldo Alckmin decidiu enfrentar a crise econômica executando um corte no orçamento do estado que chega a 6 bilhões de reais.

A informação foi transmitida aos congressistas pelo chefe da Casa Civil, Edson Aparecido, segundo o qual, até o início de abril, um terço dessa meta já havia sido alcançada. Disse o secretário: “até este momento, já conseguimos cortar cerca de R\$ 2 bilhões, tudo em custeio”.

Ao lado dessa decisão, Edson Aparecido anunciou enfaticamente que os investimentos em parcerias com os municípios serão mantidos, seja na forma de realização de obras estratégicas seja em convênios que tornam possível ►

diversos tipos de melhoria nas cidades.

O momento econômico e político pede cautela, disse o chefe da Casa Civil: “nessas horas o município é o ente federativo que mais sofre. No ano passado, quando se fechou o balanço econômico dos estados, constatou-se que apenas três estados brasileiros conseguiram alcançar um superávit”, disse ele.


São Paulo foi um desses estados que conseguiram resultado positivo. Os demais 23 estados fecharam com um déficit de R\$ 5 bilhões. Outra questão que tem preocupado o governo do Estado, disse Aparecido, são os precatórios, a respeito dos quais o governador Geraldo Alckmin está fazendo gestões em âmbito nacional para que a situação dos municípios não seja ainda mais agravada.

“Prefeitos podem ser atropelados por uma decisão que implica pagamento de precatório que inviabiliza a administração municipal não só por um mês, mas pelo ano todo mesmo”, declarou o secretário.

Máquina pública

A dimensão econômica do Estado de São Paulo em termos de PIB do Brasil também foi analisada. “Há 20 anos, São Paulo tinha o mesmo PIB da Argentina. Hoje, São Paulo tem o dobro do PIB da Argentina. E isso é um desafio em termos de crescimento, não podemos parar”, declarou Aparecido. Para isso, a orientação do governador Geraldo Alckmin é que o diálogo com os municípios seja intenso e ininterrupto, “seja através das entidades como a APM, seja em foros regionais, e também diretamente com os prefeitos”, frisou o titular da Casa Civil.

Aparecido também anunciou medidas que o governador Geraldo Alckmin tomou para tornar a máquina pública do estado ainda mais ágil no sentido de atender as demandas municipais de forma descentralizada.

Nos últimos 4 anos, disse o secretário, dez mil convênios foram firmados com municípios. “Agora, a aplicação dos recursos será mais rápida ainda”. 

“Prefeitos podem ser atropelados por uma decisão que implica pagamento de precatório que inviabiliza a administração municipal não só por um mês, mas pelo ano todo mesmo”, declarou o secretário.



Agricultura de São Paulo cresce apesar da crise

Nos últimos 20 anos, o Estado de São Paulo baixou fortemente sua dependência de insumos importados, disso resultando um balanço de superávit nas contas do setor, fator essencial para novos saltos tanto em crescimento na produtividade quanto na área plantada.

Essa foi uma das informações que o Secretário Adjunto de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Rubens Rizek Júnior, transmitiu aos participantes do 59º Congresso Estadual de Municípios em painel no qual representou o Secretário da Pasta, Arnaldo Jardim, que cumpria agenda em Brasília. Segundo Rizek, do total de 21 milhões de hectares agricultáveis no Estado, 40% abrigam pastagens, o que significa a existência de espaço para novos crescimentos na produção. Em seu pronunciamento, Rizek mostrou o quadro de produção paulista frente ao PIB nacional. Segundo ele, São Paulo contribui com 90% da produção de sucos, 80% da produção de lácteos, 65% de flores, 50% de óleos e graxos, 34% de rações, entre outros. No conjunto, a agricultura de São Paulo movimentou R\$ 60 bilhões por ano, representando 25% do PIB brasileiro.

Rizek lembrou que o papel dos municípios tanto na manutenção da produção quanto na busca de novos patamares: “As políticas públicas mais eficientes, que chegam mais rápido aos cidadãos, são as realizadas nos municípios. As maiores, estaduais e federais, demoram mais e custam mais”. O Secretário Adjunto também fez um alerta. O

Crescimento populacional implicará novos desafios produtivos no setor agrícola, diz Secretário Adjunto da Pasta.



Rubens Rizek, Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Brasil poderá tornar-se um exportador ainda mais importante no cenário mundial caso sejam feitos bloqueios na produção da América do Norte e América Central por causa da gripe aviária. “Foram detectados oito focos na primeira e dois na segunda. Dessa forma, aquilo que se manifesta como crise poderá representar a abertura de novos mercados para São Paulo e para o Brasil”.

Contudo, existem fatores condicionantes da produção que precisam ser enfrentados de modo conjunto, disse Rizek. Referem-se a crédito e garantia de preços. Segundo ele, o governo do Estado traça cenários e atua para que ambos sejam equacionados, mas compete ao agricultores e gestores públicos a tarefa de galgar novos patamares de produção.

Segundo Rizek, em 2025 o mundo terá 9 bilhões de habitantes, um crescimento da ordem de 20% em 10 anos.

Isso significa maior demanda por alimentos numa correlação de área plantada e produtividade que desafia a capacidade produtiva. Ele citou um exemplo. Entre 1990 e 2015, a área plantada cresceu 23% enquanto a produção aumentou 141%.

Sebastião Misiara, Presidente da UVESP



Vereadores debatem dificuldades das eleições municipais

Sebastião Misiara, presidente da Uvesp, fala da importância do poder local. Especializado em campanhas eleitorais, Carlos Manhanelli mostrou os desafios das campanhas eleitorais no Brasil

O presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP), Sebastião Misiara, coordenou o painel “Como se preparar para as eleições municipais de 2016” tendo ao seu lado na mesa dos trabalhos representantes de 13 parlamentos regionais.

Misiara deu início ao painel fazendo referência à questão levantada por ele mesmo na solenidade de abertura do 59º Congresso Estadual de Municípios, a da urgente necessidade de valorização do poder local por parte do poder central. “Não estou me referindo a quem está ►

“É preferível começar modestamente e subir progressivamente a começar em alta e não manter a fidelidade do eleitor”.

Carlos Manhanelli



no poder, mas sim ao papel que o poder central, ou seja, o governo federal, desempenha relegando os municípios a um segundo plano”, disse ele. Em seguida, teve início a apresentação do cientista político Carlos Manhanelli que dividiu seu pronunciamento em duas etapas. Na primeira, ele abordou a reforma política, que já a partir do ano que vem afetará de forma relevante as eleições municipais, a começar pelo fim das coligações. Na segunda parte, Manhanelli reuniu informações direcionadas às campanhas políticas com dicas importantes para que partidos e candidatos se preparem.

Com 17 livros publicados ao longo de 41 anos de atividade, Manhanelli reuniu as informações numa divisão temática que chamou de os “dez mandatos” que devem ser observados por quem pretenda disputar as próximas eleições, seja candidato iniciante ou mesmo quem já detenha mandato em alguma esfera de poder.

Segundo os dados apresentados por ele, os votos para os candidatos a vereador são os mais difíceis, tanto pelo maior número de candidatos, seja pelo fato de o eleitor tomar decisões em

cima da hora, praticamente às vésperas da eleição. Por isso, Manhanelli abordou tanto as questões ligadas ao desempenho pessoal do candidato quanto as questões relativas à organização, planejamento e gastos de uma campanha eleitoral.

O cientista político também analisou os novos instrumentos eletrônicos que tornam o eleitor mais informado e mais exigente: “Hoje, as pessoas têm um nível de informação muito maior do que nos anos anteriores, o eleitor vai querer saber o que vai ser feito para melhorar a vida dele, não é bobo”.

Por isso, uma espécie de princípio precisa nortear os candidatos: “não existe voto de gratidão, mas sim voto de esperança. A eleição é hora de colher resultados, não é hora de plantar, será durante a campanha que o candidato deve buscar se tornar conhecido e respeitado”.

Um desafio, lembrou Manhanelli, numa campanha eleitoral é manter o grau de aceitação das pessoas. “É preferível começar modestamente e subir progressivamente a começar em alta e não manter a fidelidade do eleitor”. 🗳️

Os problemas da legislação eleitoral



Quatro dos maiores estudiosos do Direito no Brasil analisaram em profundidade a legislação eleitoral e deram importantes esclarecimentos durante o 59º Congresso da APM

Com a presença de quatro advogados, especialistas em legislação eleitoral, o 59º Congresso Estadual de Municípios propiciou uma análise dos problemas e sugestões de reforma da legislação eleitoral brasileira. São eles Arthur Rollo, Ricardo Porto, Anderson Pomini e João Fernando Carvalho.

Arthur Rollo disse ser necessária uma antecipação do calendário eleitoral no país. “É um dos itens fundamentais de uma reforma política. Há registros de candidatura da eleição de 2012 que estão sendo julgados em 2015”.

Mais do que isso, os prazos não vêm sendo cumpridos pela Justiça Eleitoral em todos os níveis, do municipal ao federal, afirmou o advogado. Segundo

ele, isso acaba criando situações em que decisões prévias passam a valer como arma na campanha política. São aqueles casos em que um candidato tem validado o seu registro depois da eleição, momento em que os adversários políticos já se valeram das decisões preliminares para minar seu trabalho em busca de votos.

Outro ponto levantado por Arthur Rollo diz respeito ao fato de a legislação eleitoral vir mudando praticamente todo ano. Ele citou a Lei 12.891 que surgiu pouco antes da eleição de 2014 e que deve valer para as eleições de 2016.

Entre outras coisas, essa nova lei vai limitar o número de cabos eleitorais e a forma de calcular ►



Ricardo Vita Porto, Advogado Especialista em Direito Político e Eleitoral

isso irá variar de cidade para cidade, criando uma situação desnecessariamente complexa. “Isso já está aprovado e vai valer, não é promessa para o futuro”, ressaltou o advogado.

Outras mudanças que passam a valer levam em conta o limite de gastos por tipos de despesa. Dois exemplos: o item alimentação não poderá consumir mais de 10% do total de gastos, já o de aluguel de veículos não poderá exceder 20% do total. Tudo isso num ambiente que ainda não há definições sobre questões maiores, como o tipo de financiamento da campanha. “Uma coisa que parece estar destinada a acabar é o financiamento de pessoa jurídica, está no Supremo para ser julgado. Na minha opinião, se ocorrer essa proibição, o que vai acontecer é estimular o caixa 2”, declarou Arthur Rollo.

Outro ponto que preocupa o meio jurídico, disse o advogado, é a ideia de coincidência de eleições. “Estamos mostrando que do jeito que está, a Justiça

Eleitoral não consegue julgar e fazer o sistema funcionar direito, imaginem com a coincidência de eleições, com milhares de candidaturas”.

Por fim, Arthur Rollo deu um conselho: “os candidatos precisam tomar cuidado. Não se pode dar preferência ao marqueteiro, para o qual sempre pode tudo. E questões importantes acabam sendo deixadas de lado, como as condutas vedadas. E tudo isso num cenário em que o processo de prestações de contas é mais complicado e mais rigoroso”.

Por sua vez, o advogado Ricardo Porto, membro do Conselho Jurídico da APM, reforçou a importância de os partidos e candidatos estudarem os itens que já estão aprovados. Porto lamentou o fato de, outra vez, essas mudanças serem aplicadas primeiro nas campanhas de vereador e de prefeito, que acabam sendo usados como “cobaias” no processo político.

Mesmo a reforma política, que está em discussão, deve atingir primeiro as campanhas municipais. ►



Anderson Pomini, esclarecimentos que ajudam prefeitos

Porto disse estar temeroso de que a próxima reforma não funcione adequadamente por estar sendo decidida de afogadilho, sob pressão de manifestações que até se voltam contra problemas sérios, como a corrupção, mas que deixam de tocar no ponto essencial. “Tenho absoluta certeza de que a corrupção não está no sistema político”.

Ricardo Porto manifestou-se a favor de uma nova rodada de discussões que levem em conta a opinião de prefeitos e vereadores, que não estão sendo ouvidos nas discussões até agora realizadas. E para que as mudanças produzam melhores efeitos, o advogado afirmou que as reformas deveriam começar a valer para as eleições de 2018, uma vez debatidas profundamente e universalmente conhecidas tanto por parte dos candidatos quanto por parte dos eleitores.

Porto alertou para um risco que uma possível mu-

dança poderá criar. Trata-se da proposta que transforma a eleição municipal (para vereadores) numa eleição majoritária (Distritão), sendo eleitos aqueles mais votados, eliminando-se a necessidade de coeficiente partidário. “Vamos correr o risco de termos um único partido elegendo todos os vereadores, isso é até pior do que o bipartidarismo”, disse ele.

Por fim, Ricardo Porto apontou a incongruência criada com a ideia de voto em lista fechada, “problema típico de uma discussão apressada”. Segundo ele, essa medida requer um complemento harmônico em relação ao sistema eleitoral como um todo: “não posso aprovar o financiamento público exclusivo e não aprovar o voto em lista fechada. E quem quer voto em lista? Aposto que ninguém. Será um tiro no pé dos próprios partidos políticos”.

Numa linha mais específica de análise, o advogado Anderson Pomini deu uma palestra com a qualidade uma aula magna. Ele deu especial atenção à questão da improbidade administrativa e suas consequências na esfera eleitoral. E deu números indicativos da severidade dessa questão: nas eleições de 2014, entre 3.500 candidaturas pelo menos 2.500 foram impugnadas pela Procuradoria Eleitoral, por diversas razões, mas especialmente pelo enquadramento na chamada lei da ficha suja.

Pomini fez um importante esclarecimento ao contextualizar as leis que regem o enquadramento das ações que visam impugnar alguém pela prática de improbidade administrativa: “está na lei os legitimados para a proposição das ações civis públicas, entre os quais está também a municipalidade”.

Isso quer dizer que um município poderá propor uma ação civil pública até mesmo contra o promotor, se encontrado algum desvio. “Mas acontece que esta não é a prática, o prefeito, hoje, infelizmente, é refém neste processo, em alguns casos são reféns de promotores públicos midiáticos”, declarou Pomini.

Para aprofundar a análise da questão, Pomini explicou os fundamentos do que ele chama competência versus prerrogativa por função. Começa no foro privilegiado para que autoridades sejam investigadas por crime comum. O Supremo estende esse privilégio a todas autoridades, menos o prefeito. Enquanto governadores, ministros, deputados e senadores, entre outros, ficam sob o abrigo de uma aprovação superior para ser investigados e ►


“Não se pode fazer uma reforma política de afogadilho. A corrupção não está no sistema político”.

julgados, “os prefeitos ficam submetidos ao promotor e muitas vezes ao juiz local, os quais são “provocados” por questões levantadas pela oposição política na cidade”. “É importante que os prefeitos se reúnam para buscar o direito constitucional ao qual têm direito”, exortou o advogado, lembrando que há vantagens e desvantagens.

Erro não é desonestidade

O advogado Anderson Pomini desceu a detalhes quando esclareceu importante ponto a respeito dos fatos que geram inelegibilidade de candidatos. Começou explicando que a mera existência de uma ação civil pública não gera o impedimento e muito menos o afastamento da vida pública.

Pomini citou seis elementos que devem estar, obrigatoriamente, presentes num processo voltado para enquadrar alguém na lei da ficha suja. São os seguintes: ação de improbidade administrativa, decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, decisão condenatória suspensiva dos diretores políticos do agente, decisão que reconheceu ato doloso de improbidade, apresentação de razões que levem a crer na intenção de lesionar o erário público e a comprovação de que houve enriquecimento ilícito por parte do agente público. Por sua vez, o advogado João Fernando Carvalho, analisou a proposta feita pela Ordem dos Advogados do Brasil para a reforma política, a qual, segundo vários debates havidos no âmbito estadual e federal da instituição, não parece destinada a seguir caminho favorável.

Carvalho lembrou que há aspectos positivos e negativos na proposta de impedir o financiamento privado das campanhas. Há interesses que não ficam claros no dia a dia. “Essa proibição traz consigo uma diminuição de participação democrática no processo eleitoral”, disse ele. Acompanhando o pensamento dos demais palestrantes, Carvalho disse que não se pode fazer uma reforma pela reforma. “É preciso refletir profundamente, é preciso debater, não pode haver reforma para satisfazer ansiedades momentâneas”, disse. 

Estatuto das Megametrópoles vai gerar improbidade

Condutor do debate, o advogado especialista em Direito Político, Antonio Sergio Baptista, Coordenador Técnico do Conselho Multidisciplinar da APM, deu um importante aviso no encerramento do encontro em que se discutiu a legislação eleitoral. Segundo ele, um novo conjunto de normas está por entrar em vigor e, nesse sentido, a Associação Paulista de Municípios irá realizar uma série de seminários de modo a esclarecer os gestores públicos. Trata-se do Estatuto das Megametrópoles. Ao lado do Estatuto da Cidade e dos planos municipais de mobilidade, o novo código irá regular os modos de atuação nas cidades superpopulosas, com impactos que podem até determinar a improbidade administrativa, e, portanto, a perda de direitos políticos àqueles gestores públicos que o desconhecem.

“O Estatuto das Megametrópoles está em vigor e vai afetar a vida das grandes cidades do mundo, dentre as quais São Paulo, hoje a sétima mais populosa do mundo”, esclareceu Sergio Baptista.



Desenvolve São Paulo mostra os caminhos para o crescimento



Julio Themes Neto, Diretor de Fomento e de Crédito da Desenvolve SP

O governo do Estado de São Paulo criou há seis anos aquilo que hoje é chamado de o BNDES de São Paulo. Trata-se da agência Desenvolve São Paulo, uma instituição financeira que tem um foco muito claro: ajudar as médias e grandes empresas a crescer de modo sustentável, realizando empréstimos de longo prazo com fatores de correção que batem as melhores taxas do mercado.

Durante o 59º Congresso Estadual de Municípios, em Serra Negra, Julio Themes Neto, um dos diretores da agência, apresentou as possibilidades que a entidade oferece. A entidade atende empresas que tenham faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões. Também atende municípios além de dar supor-

te a empresas que buscam financiamento para implantar programas de inovação produtiva.

Segundo Júlio Themes, a Desenvolve São Paulo tem algumas características que a diferenciam favoravelmente: “temos uma estrutura enxuta e flexível, trabalhamos rapidamente”.

A agência tem uma diretoria colegiada, que trabalha em conjunto com o Conselho de Administração, sendo composta por quatro membros: o Diretor-Presidente; o Diretor Financeiro e de Negócios, com atribuições específicas para matéria financeira; o Diretor de Infraestrutura e TI, com atribuições de matéria administrativa; e o Diretor de Fomento e de Crédito, com atribuições específicas para matérias relacionadas aos programas e políticas de fomento da Agência. Todos possuem mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

A Desenvolve São Paulo tem como parceiros institucionais a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), por meio do Instituto Ambiental Brasil Sustentável, o Sebrae-SP, a Endeavor Brasil e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE).

Com relação aos municípios, a agência busca incentivar o crescimento dos municípios a partir de linhas de financiamento com juros baixos e prazos longos. “Dessa forma, as prefeituras podem realizar investimentos necessários à infraestrutura da cidade sem comprometer a saúde financeira do município”. A liberação do crédito para os municípios só acontece após a comprovação financeira e a capacidade de endividamento das prefeituras.”

Além de atender municípios, Desenvolve São Paulo também apoia empresas



Municípios precisam regulamentar atividade de motofretista e mototaxista

Diretor do Detran e presidente do SindimotoSP explicam os ganhos para prefeituras e profissionais

Apenas 31 municípios no Estado de São Paulo regulamentaram a atividade de mototaxista e motofretista. Isso quer dizer que mais de 600 cidades precisam agir tanto para cumprir a lei federal 12009/09 tanto para fazer com que ruas e avenidas sejam lugares mais seguros para os profissionais e para a população em geral.

O fator segurança também é questão aguda nesse campo. Dados oficiais mostram que o Brasil é vice-campeão mundial em acidentes que envolvem motocicletas. Em palestra conjunta realizada no 59º Congresso Estadual de Municípios, o diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN), Daniel Annenberg, e o presidente do Sindicato das Auto Moto Escolas e Centros de Formação de Condutores no Estado de São Paulo (SindimotoSP) mostraram a importância dessa regulamentação.

O Detran é o órgão responsável pela especificação dos critérios que devem ser aplicados na formação dos condutores e está dedicando sua máxima força nessa questão. Segundo Daniel Annenberg, o Estado de São Paulo tem hoje cerca de 500 mil profissionais, dos quais 220 mil



Daniel Annenberg, Diretor Presidente do Detran - SP

estão na Capital, 100 mil na região metropolitana e pelo menos 180 mil nas demais cidades do Estado. Uma das consequências da lei federal que regulamenta o assunto está a fiscalização que deve ser empreendida pela Polícia. Os profissionais habilitados são obrigados a usar placa vermelha e seguir uma série de requisitos ►


para poder trabalhar sem embaraços legais.

Segundo Annenberg, o governo do Estado tem disponíveis 70 mil vagas para que os interessados possam fazer o curso de capacitação, com 25 horas de aula teórica e 5 horas de aula prática. “Os motofretistas que freqüentarem as aulas terão uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional e de aprimoramento de técnicas de pilotagem”, ressalta o diretor do Detran.

Dentre os conteúdos abordados destacam-se temas do cotidiano do motofretista, como Ética e Cidadania na atividade profissional, noções básicas de legislação, gestão do risco sobre duas rodas, Segurança e Saúde e transporte de cargas.

Os benefícios para os municípios serão a redução do número de acidentes e mortes, melhor uso das vias públicas, melhor controle da frota de profissionais, mais segurança pública e geração de empregos diretos e indiretos.

Graças a uma decisão do governador Geraldo Alckmin, a fiscalização no Estado ainda está restrita, explicou Annenberg, para que os motofretistas e mototaxistas possam ter todas as condições de se capacitarem e se adequarem profissionalmente. Nesse sentido, o Detran firmou parcerias com Autoescolas e até mesmo com a montadora japonesa Honda no

sentido de melhorar a formação de instrutores, os quais devem funcionar como mais um fator de melhoria no desempenho pro-fissional do setor. Por sua vez, o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida dos Santos, reforçou o pedido para que as prefeituras se dediquem à regulamentação da profissão. “Estamos fazendo a nossa parte, estamos preocupados com a falta de regulamentação, porque além de dificultar a fiscalização também impede que a categoria se organize melhor”, disse ele. Nas reuniões de que participou, o SindimotoSP colocou em pauta várias questões, como a circulação entre os veículos com limites de velocidade, campanhas educativas sobre o melhor modo de compartilhamento das vias públicas, entre outros. 

“É preciso que os municípios regulamentem a lei federal para que os profissionais do setor possam trabalhar”

Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do SINDIMOTO e demais autoridades



IMESP e a validação de documentos

João Paulo Foini, Imprensa Oficial



Empresa centenária, a Imprensa Oficial trabalha no estado da arte em termos de incremento tecnológico

Houve um tempo em que para se conseguir a assinatura de um contrato ou fazer a declaração de imposto de renda causava medo e desespero em qualquer pessoa. Eram os tempos da máquina de escrever e de mil etapas a serem cumpridas até se chegar ao objetivo final.

Em sua palestra no 59º Congresso Estadual de Municípios, o gerente de produto da Imprensa Oficial (IMESP), João Paulo Foini, mostrou que tudo isso é coisa do passado. Isso é relevante

pois a adoção plena da tecnologia numa empresa do Estado trouxe um sem-número de facilidades para prefeitos, vereadores, gestores públicos em todos os níveis e para o cidadão.

A Imprensa Oficial existe há mais de 120 anos, sendo uma das empresas centenárias que resistiram ao tempo, também graças a adoção de práticas de gestão determinadas por novas posturas do governo do Estado.

Assim, com o caminho livre e a partir da aplicação dos necessários recursos, a Imprensa Oficial vem se especializando, nos últimos 15 anos, em documentos eletrônicos.

Segundo Foini, do ponto de vista dos usuários, essa modernização significa, basicamente, a observação de procedimentos catalogados como certificação digital, hospedagem de sistemas e portais e gerenciamento de documentos eletrônicos.

“Na verdade, vivemos o que nos meios analíticos se chama “fenômeno da desmaterialização”, no qual os documentos nem precisam tomar a forma física, aquela de imprimir, carregar, conseguir assinaturas uma por uma, num consumo de tempo bem grande”, explicou o gerente do IMESP. Um dos serviços desenvolvidos pela IMESP foi o certificado digital. Em primeiro lugar, essa forma de certificação pode receber várias assinaturas on-line. Basta um único e-mail para que o sistema eletrônico faça o seu papel, dar agilidade ao andamento dos processos.

Essa é uma das tarefas do portal ASSINASP (www.assina.sp.gov.br) que ficou seis meses em desenvolvimento e finalmente foi lançado pela Imprensa Oficial.

O site recebe permanente atualização, sobretudo para manter em altos níveis o padrão de segurança, tanto em termos de operações técnicas internas quanto em termos de movimentação de documentos por parte dos usuários.



Novos marcos da eficiência com transparência

Tribunal de Contas, Portal Transparência e serviço de relacionamento do Banco Central mostram os caminhos que tornam a vida mais fácil para entidades e cidadãos brasileiros

Transparência pública, cidadania consciente e fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Esses foram os temas apresentados num painel conjunto coordenado pelo deputado estadual Edmir Chedid.

O primeiro deles esteve a cargo de Márcio Sobral, do Portal Transparência Brasil, voltado para prestar informações à sociedade sobre a gestão das contas públicas em todos os níveis.

Segundo Sobral existem cerca de 200 obrigações que precisam ser obedecidas pelas prefeituras, configuradas como exigência legal a partir da Lei 12.527, que dispõe sobre a liberação de dados, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Infelizmente, os municípios não estão ►

cumprindo todas as obrigações, ficando sujeitos a ações do Ministério Público e do Tribunal de contas do Estado”, disse Sobral.

Para ajudar as cidades, através de uma parceria com a Associação Paulista de Municípios, a instituição oferecerá, ao longo de 2015, cursos gratuitos, dependendo apenas de um único procedimento de adesão por parte das prefeituras interessadas.

Por sua vez, Fábio Henrique Coelho, chefe de Gabinete do Banco Central (BC) pediu o apoio dos prefeitos e demais gestores públicos no sentido de divulgar aos munícipes os mecanismos do BC que visam ajudar as pessoas a serem melhores consumidores.

São vários cursos de educação financeira, todos gratuitos e organizados pelo estado em que se encontra o cidadão, se está endividado, se pretende tornar-se um investidor, entre outras opções. “O BC quer ajudar as pessoas tanto a aprender a gerir suas finanças quanto a conhecer o sistema financeiro como um todo”, disse Fábio Coelho.

O alvo principal dos cursos são aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Segundos dados do BC, em 2007, o total de correntistas no sistema bancário chegava a 98 milhões de pessoas. Em 2014, esse universo alcançou a marca de 139 milhões.

O terceiro palestrante foi Paulo Massaru Uesugi Sugiura, diretor técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ele anunciou mudanças no Sistema Audesp (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos). Além disso, ele informou sobre os procedimentos de gestão pública que terão acompanhamento sistemático da entidade: Índice de Efetividade na Gestão Municipal (em curso desde 2014), Gestão de Contratos, Acompanhamento de Contas de Prefeituras e Sistema de Seletividade de Contratos do Terceiro Setor.

A ampliação dos modos de atuação do Tribunal terão sempre como norte a “transparência ativa”, lembrou o auditor. “Isso será bom para as prefeituras e para os cidadãos”. Com relação ao Terceiro Setor, Paulo Massaru informou existem novas regras para a assinatura de contratos entre o setor público e as organizações não governamentais.



Dr. Paulo Massaru Uesugi Sugiura, Diretor Técnico da Fiscalização do TCE SP



Dr. Fábio Henrique de Sousa Coelho, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central



Dr. Mário Sobral, Coordenador do Núcleo de Ações de Prevenção e Combate à Corrupção da Controladoria Geral da União - São Paulo

Foto: FUNDAÇÃO PROCON - SP



Dra. Ivete Maria Ribeiro, Diretora executiva da Fundação PROCON SP e demais autoridades

Serviços da Justiça ajudam milhares de pessoas

Cinco conferencistas apresentam aos Prefeitos, Vereadores e demais gestores públicos programas que vão da integração social à melhoria nas compras municipais

No painel coordenado pela engenheira Marilene Mariotoni, presidente do Conselho Deliberativo da APM, o primeiro tema tratado foi o da agricultura familiar. Hoje, são 3 milhões de pessoas vivendo nessa condição no Estado de São Paulo.

Segundo a gerente de Desenvolvimento Humano da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, ITESP, Renata Vieira, o modo de o Estado dar assistência de modo efetivo, estimulando a produção e garantindo a comercialização foi definido através do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), criado a partir da Lei 14.591 de 2011. Esse programa estipula que 30% dos recursos públicos, destinados à compra de alimentos, sejam canalizados para adquirir as mercadorias oriundas dos agricultores familiares até o limite de R\$ 12 mil reais anuais por família.

Dessa forma, o governo compra frutas, verduras, legumes e outros alimentos que são utilizados para a produção de refeições em órgãos estaduais como hospitais, escolas, presídios, entre outras instituições. ►

PROCON

A defesa do consumidor

O segundo tema abordado foi o Programa de Municipalização da Defesa do Consumidor a cargo da diretora executiva da Fundação Procon, Ivete Maria Ribeiro. Ela lembrou que os programas aplicados nos municípios, em geral, atendem segmentos específicos, saúde, educação, segurança. “Quando o prefeito leva um projeto de defesa e proteção do consumidor, está ao mesmo tempo atingindo a cada um e a todos os munícipes”, disse Ivete Maria.

Com 39 anos de existência, a Fundação Procon de São Paulo é apresentada em fóruns de discussão como o melhor Procon da América Latina, lembrou a palestrante. Com base nessa experiência, a Fundação presta serviços de duas formas, através do atendimento regionalizado em oito núcleos espalhados pelo Estado e por meio de convênios com prefeituras, municipalizando a prestação de serviços.

O primeiro convênio da Fundação Procon foi firmado em 1987 com a cidade de Sorocaba. Hoje, são 268 municípios conveniados. As prefeituras conveniadas, afirma a diretora executiva, acabam sendo beneficiadas por mecanismos de utilização das verbas auferidas com as multas aplicadas. Uma parte vai para a manutenção da própria unidade, garantindo assim os padrões de atendimento ao público.

*Dra. Ivete Maria Ribeiro,
Diretora executiva da Fundação PROCON SP*



FUNDAÇÃO CASA

A busca de melhores resultados no atendimento aos jovens

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Em seu pronunciamento no 59º Congresso, o assessor especial da entidade, Adilson Fernandes de Souza, mostrou as principais características do programa de assistência que se destina a jovens de até 21 anos incompletos em todo o Estado de São Paulo. Eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade. As medidas determinadas pelo Poder Judiciário são aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes.

Segundo Adilson de Souza, está em pleno andamento o programa definido pelo governo do Estado de São Paulo de descentralizar o atendimento. Em síntese, o objetivo é fazer com que os adolescentes sejam atendidos próximos de sua família e dentro de sua comunidade, o que facilita a reinserção social.

A municipalização do atendimento, contudo, é supervisionado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado.

Um detalhe importante, lembrou o palestrante, apesar de as políticas de socioeducativas emanarem do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, lei federal de 2012, com prazo para ser cumprida em todo o território nacional, ainda há muito trabalho a ser feito.

Essa implementação requer um “diálogo” institucional com os estados e municípios, ou seja, todas as cidades precisam, no seu âmbito, estabelecer um plano alinhado às diretrizes maiores. Contudo, em São Paulo apenas 175 municípios dos 645 existentes cumpriram essa meta até agora.

Clóvis Volpi, Superintendente do IPEM



IPEM

Como as prefeituras podem fazer compras e evitar prejuízos

Criado há cerca de 50 anos, como parte da implantação no Estado de um sistema nacional de aferições, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM-SP tem hoje uma gama enorme de responsabilidades. Segundo o seu superintendente, o professor Clóvis Volpi, ao longo do tempo, o IPEM foi sendo equipado e hoje dispõe de equipamentos de ponta para cumprir seu papel.

Com a experiência de ter sido prefeito, deputado federal e deputado estadual, Volpi preferiu focar sua abordagem num problema recorrente na vida dos municípios: a qualidade do material adquirido pelas prefeituras.

Volpi afirmou ser muito comum as prefeituras recebem belas amostras de produtos mas quando o material chega na quantidade pedida, a qualidade não é a mesma.

Para evitar tanto o prejuízo, por ter de comprar novamente os mesmos produtos, seja para garantir a durabilidade do material recebido, Volpi recomendou aos prefeitos uma providência muito simples: colocar no edital da concorrência que os produtos sejam certificados pelo IPEM. Dessa forma, o produto será analisado tanto na fase de amostra quanto na fase de entrega, por amostragem.

IMESC

Serviços especializados no campo técnico e científico

Na palestra seguinte, a superintendente do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), Márcia Dobarro Facci, as várias responsabilidades técnicas que, por lei, competem ao IMESC. Criado em 1970, o Instituto tem juridicamente o formato de autarquia e seus “clientes” são sempre juizes, defensores públicos, delegados, enfim, autoridades constituídas.

Mas há outras responsabilidades: promover a formação e o treinamento de pessoal especializado, mediante a realização de cursos e congressos nos ramos da Medicina Legal, Medicina Social, Medicina do Trabalho, Criminologia, Criminalística, Identificação, História da Medicina e da Ética Profissional.

Também compete ao IMESC colaborar com entidades como a Universidade de São Paulo (USP) nas atividades docentes e de pesquisa, referentes a matéria técnico-científica.

O IMESC pode, ainda, celebrar convênios referentes à matéria técnico-científica com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, de acordo com a legislação vigente.



Nova lei beneficia mais cidades de São Paulo


Novo marco legal implanta um ranking que estimula as cidades a investirem em infraestrutura e serviços



O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Fernando Capez, anunciou no 59º Congresso Estadual de Municípios, a aprovação e promulgação da lei que estabelece um novo marco no estado de São Paulo no sentido de promover o crescimento econômico a partir do turismo.

Trata-se da Lei Complementar 32/2012 cuja origem remonta ao 56º Congresso Estadual de Municípios, realizado na cidade de São Vicente três anos atrás. Na ocasião, o presidente da APM, Marcos Monti, em sintonia com o então Secretário de Estado, Márcio França, inicia ►

ram gestões de modo a modificar a legislação existente para ampliar o número de cidades e o volume de recursos.

Agora, por lei, 140 municípios paulistas pertencem à categoria de “Interesse Turístico”. Todas as cidades, menos as Estâncias já existentes, concorrerão a esse grupo. Há uma série de critérios que regulam a participação. Os municípios precisam ter potencial turístico, Conselho Municipal de Turismo, serviço médico emergencial, rede hoteleira de bom porte, serviços de alimentação, de transporte, de segurança e de informação e receptivo turísticos, Plano Diretor de Turismo, expressivos atrativos turísticos com acessos adequados e infraestrutura para atender tanto a população fixa quanto a flutuante. 



André Bozola, acima, prefeito de Socorro e presidente da Aprecesp, e Fernando Zuppo, diretor-executivo, mostraram os requisitos que a lei cobra dos municípios



Estâncias esperam recursos previstos em lei

Durante painel temático dedicado ao tema, o diretor-executivo da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (Aprecesp), Fernando Zuppo, apresentou um detalhado mapa com a história da entidade e as formas de participação das cidades. Segundo ele, o turismo movimenta um milhão de empregos diretos e mais de dois milhões indiretos, abrangidos em 56 setores da economia.

Na mesa condutora dos trabalhos, coordenada por Sebastião Misiara, presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP), estiveram presentes o prefeito de Serra Negra, Ítalo Franchi, o presidente da Aprecesp e prefeito da cidade de Socorro, André Bozola, os deputados estaduais Itamar Borges e Célia Leão, presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Turismo, autora da lei aprovada pela Assembleia que permite a divulgação do turismo de São Paulo em todo o Brasil, e o deputado federal Herculano Passos, ex-presidente da Aprecesp.

André Bozola fez agradecer o apoio da Assembleia Legislativa e também manifestou preocupação com relação a possível contingenciamento de verbas previstas na Constituição do Estado e que devem ser destinadas às estâncias turísticas. “As estâncias têm esse direito e precisam desses recursos”, disse Bozola solicitando apoio dos deputados no sentido de resguardar esse direito.

Programação Especial



Relatos emocionantes marcaram a Programação Especial do 59º Congresso Estadual de Municípios. Em jornadas voltadas para temas sensíveis no dia a dia da população, os palestrantes mostraram a importância da mulher na vida política da Brasil.

A importância das mulheres na vida política do Brasil



Teresinha Jesus Pedrosa, Coordenadora da Programação Especial; Zaira Antunes Franchi, presidente do Fundo Social de Solidariedade de Serra Negra e Andrea Siqueira Campos Monti, Presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Manuel

Em duas jornadas repletas de informações e relatos de casos de sucesso, a Programação Especial do 59º Congresso Estadual dos Municípios teve a coordenação das Primeiras-Damas Andrea Siqueira Campos Monti, de São Manuel, e Zaira Antunes Franchi, de Serra Negra, presidentes do Fundo Social de Solidariedade de suas respectivas cidades. Uma das principais mentoras da Programação Especial, Dalva Christofolletti coordenou a apresentação nos dois dias de diálogos. Andrea Monti destacou a importância da participação das mulheres na vida política das cidades e do País.

Na primeira jornada, Marta Livia Suplicy, presidente da Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (Libra) falou especificamente das “mulheres de políticos”. “Tão importante quanto a mulher na política é a mulher do político”, ressaltou ela.


Também participaram dos debates e relatos o presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti, a presidente do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariotoni, a neurologista da Unesp de Botucatu Lara Cristina Antunes dos Santos, a neuropsicóloga Maria Laura Lourenceti e o diretor do Departamento de Educação do Consulado Geral da Itália em São Paulo Augusto Bellon.

Oportunidades

Augusto Bellon falou sobre as perspectivas de ações conjuntas entre Brasil e a Itália. Segundo ele, existem no Brasil 26 milhões de pessoas que possuem alguma descendência italiana e essa conjuntura entre os países está atraindo cada vez mais empresas do país europeu. “Na área da educação, a proposta é oferecer oportunidades de aprendizado da língua italiana aos municípios e agregar cultural aos estudantes”.

Na segunda jornada de debates, os temas centrais foram acessibilidade e motivação. Andrea Monti e Zaira Antunes Franchi receberam a convidada Terezinha Pedrosa, de São João da Boa Vista. A terapeuta ocupacional e especialista em neurologia infantil, Ana Carolina Graetz Nogueira de Almeida, que sobre a defesa dos direitos e a promoção da assistência e da reabilitação. A profissional representou a Associação Amigos Metroviários de São Paulo (AME), que atende mais de 1,5 mil pessoas por mês por meio de uma equipe interdisciplinar. ►



A segunda palestra dessa segunda rodada de conversas trouxe ao público que lotou o auditório um pouco de magia. Mauro Dias, diretor da Magic Soluções Cooperativas falou sobre a importância de se ampliar os horizontes de vida cada um. Segundo ele, cada um de nós deve escrever a sua própria história: “O segredo para se escrever uma história de vida está na raiz do que cada um faz ou se propõe a fazer. Ou escrevemos nossa história, ou passamos nossa vida lendo a história dos outros”, disse ele. 

Parceria com Itália pode abrir as portas aos brasileiros para estudos na Europa, diz diretor do Consulado da Itália, Augusto Bellon

Desvios de aprendizagem



Exclusão social nasce da exclusão acadêmica. “Encontramos jovens de 14 anos que não sabem escrever o próprio nome”, diz estudiosa

Enfatizando a importância de se compreender a fundo os desvios de aprendizagem, a professora Lara Cristina fez um detalhado relato dos tipos de desvios de aprendizagem encontrados no dia a dia das cidades e conclamou os gestores públicos a pensarem no problema de forma transdisciplinar, isto é, a partir de perspectivas de diversas disciplinas, seja da Psicologia, da Assistência Social e dos modos de inclusão social.

Isso porque uma das mais graves consequências é a exclusão acadêmica que por sua vez leva à exclusão social. “No dia a dia encontramos jovens de 14 anos que não sabem escrever o próprio nome, daí a importância de se identificar antes estas carências. Aprender é fazer novos caminhos. Enquanto vivemos o nosso cérebro está aprendendo”, explicou ela.

Por sua vez, a neuropsicóloga Maria Laura Lourenceti mostrou os caminhos que os profissionais da saúde e da educação podem seguir para contribuir para a detecção e acompanhamento desses distúrbios.

O fonoaudiólogo e doutor em educação, Fábio Henrique Pinheiro, também participou do debate e chamou a atenção para a necessidade de se estabelecer um mais profundo diálogo entre a escola e os profissionais que estão fora da escola.

CARTA DO 59º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS SERRA NEGRA 2015

SAÚDE: DEBATE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO CUSTEIO

Na tradição de defender os municípios paulistas apresentamos a Carta do 59º Congresso Estadual de Municípios Serra Negra, que trás nossos principais anseios e reivindicações.

Durante o 59º CEM foram apresentadas inúmeras teses que serão encaminhadas aos destinatários correspondentes.

O tema central foi direcionado a Saúde, porém nosso Congresso tem a capacidade de debater todos os problemas relacionados ao cotidiano dos municípios.

Durante esses dias tivemos a oportunidade de debater sobre a atuação dos vereadores, transporte, agricultura, desenvolvimento, justiça, legislação eleitoral, cidadania, turismo, habitação e outros assuntos que dizem respeito ao dia a dia dos municípios.

Destacamos também a Programação Especial desenvolvida para as Primeiras Damas e Pre-

sidentes de Fundos Sociais que debateram as boas praticas em benefício da população.

Como a Saúde foi o tema central apresentamos nossas reivindicações aos entes federados:

Governo Federal:

- Exclusão dos recursos da Saúde da DRU - Desvinculação das Receitas da União;
- Criação de receita específica para o atendimento dos pequenos hospitais e unidades mistas de saúde.

Governo Estadual:

- Implantação do sistema regional de racionalização dos gastos da saúde através do COAP,
- Aumento dos recursos do PAB estadual.

Tivemos a participação do Ministério Público de Contas do TCE-SP,

Por deliberação plenária encaminharemos para o Governo Federal, Governos Estaduais, para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e municípios paulistas esta carta.



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Galeria de fotos

59º Congresso Estadual de Municípios



1 - Prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi; Vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França e o vice-prefeito de Serra Negra, Felipe Amadeu Pinto da Fonseca. 2 - Deputado Federal, Rodrigo Garcia. 3 - Deputado Estadual e Presidente da ALESP, Fernando Capez. 4 - Prefeito de Bertioga, José Mauro Dedemo Orlandini; Subchefe da Casa Civil, Rubens Cury; Deputado Estadual, Itamar Borges; Deputado Estadual, Edmir Chedid; Prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi; Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Edson Aparecido; Vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Gerente Executivo da APRECESP, Fernando Zuppo; Deputado Federal, Herculano Castilho Passos Júnior e a Deputada Estadual Célia Leão.



5 - Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Edson Aparecido. 6 - Ministro da Saúde, Arthur Chioro. 7 - Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Dra. Élda Graziane Pinto. 8 - Ministro das Cidades, Gilberto Kassab. 9 - Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Serra Negra, Zaíra Antunes Franchi e a Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Bertioga, Maria Cecília Dias de Moraes Orlandini. 10 - Prefeita de Adolfo, Rosângela Biliato e o vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França



11 - Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, David Uip . 12 - Presidente do CEAME, Dalva Christofoletti, Presidente do Fundo Social de Solidariedade de São Manuel, Andrea Siqueira Campos Monti; Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Serra Negra, Zaira Antunes Franchi e a Presidente do Conselho Deliberativo da APM, Marlene Mariotoni. 13 - Presidente da UVESP, Sebastião Misiara. 14 - Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti e o Presidente da ACAMURCA, Hilário Ruiz 15 - Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Ministro da Saúde, Arthur Chioro e o Prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi. 16 - Tesoureiro Geral da APM, Vick Nholha; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Diretor Executivo do Bradesco, Josué Augusto Pancini; Presidente do CEAME, Dalva Christofoletti; Diretor Regional do Bradesco, Delvair de Lima e o Gerente Regional do Bradesco, Círio Aparecido Sorge .



17 - Vereador de Serra Negra, Demetrius Franchi; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti e o Advogado Especialista em Direito Público, Ricardo Porto. 18 - Prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi Italo Franchi; Deputado Federal, Rodrigo Garcia e o Deputado Estadual, Edmir Chedid. 19 - Prefeito de Campinas; Jonas Donizette. 20 - Vice-Governador do Estado de São Paulo, Márcio França e o ex-prefeito de Sorocaba, Renato Amary. 21 - Prefeito de Pratânia, Joque Joner; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Prefeito de Nova Aliança e Presidente da AMA, Jurandir Barbosa de Moraes e o 1º Tesoureiro da APM, João Emilio Buzzo. 22 - Deputado Federal, Herculano Castilho Passos Júnior e o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab.



23 - Subchefe da Casa Civil, Rubens Cury; 2º Secretário da APM, Antônio César Simão; Secretário-chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, Edson Aparecido e o Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti. 24 - Deputado Federal, Milton Monti. 25 - Presidente do Fundo Social de São Manuel, Andrea Siqueira Campos Monti. 26 - Vereadora de Ibirá, Sônia Palma Beolchi; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti e o Presidente da UVESP, Sebastião Misiara. 27 - Secretário Geral da APM, Carlos Alberto Cruz Filho. 28 - Presidente do CEAME, Dalva Christofoletti; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Presidente do Fundo Social de São Manuel, Andrea Siqueira Campos Monti; Ex-Presidente da Câmara de São João da Boa Vista, Teresinha de Jesus Pedrosa e o Deputado Federal; Milton Monti.



29 - Presidente do CEAME, Dalva Christofolletti e o Vice-Prefeito de Serra Negra, Felipe Amadeu Pinto da Fonseca. - 30 - Deputado Estadual, Davi Zaia e o Vice-Governador do Estado de São Paulo, Márcio França. - 31 - 2º Tesoureiro da APM, José Luiz Rodrigues e o Ex-Prefeito de Atibaia, Flávio Calegari. - 32 - Presidente do Fundo Social de Serra Negra, Zaira Antunes Franchi. 33 - Deputado Estadual, Itamar Borges e o Ministro Chefe da Secretaria de Portos, Edinho Araújo. 34 - Deputado Federal, Milton Monti; Vice-Governador do Estado de São Paulo, Márcio França e o Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti.



35 - Coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Antonio Sérgio Baptista e o Ex-Prefeito de Atibaia, Flávio Calegari. - 36 - Vice-Governador do Estado de São Paulo, Márcio França, Prefeito de Nova Aliança e Presidente da AMA, Jurandir Barbosa de Moraes e o Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti. - 37 - Deputado Estadual, Ricardo Madalena. - 38 - Deputado Estadual, Edmir Chedid e o Secretário Estadual de Saúde, David Uip. - 39 - Deputado Federal, Luiz Lauro Filho; Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Deputado Federal, Milton Monti e o Deputado Federal, Herculano Castilho Passos Júnior.

Municípios aniversariantes

Confira nas próximas páginas, os municípios associados que fazem aniversário nos meses de maio de junho.



Alambari

19 de maio

Antigo distrito de Itapetininga, município é chamado de Cidade Natureza, e se destaca pela qualidade de vida e hospitalidade de seu povo



Brotas

03 de maio

Brotas está localizada bem no centro do estado de São Paulo, no coração de uma das regiões mais desenvolvidas no país, mas que ainda nos presenteia com suas riquezas e belezas naturais preservadas.



Bertiooga

19 de maio

Bertiooga foi um distrito de Santos até 30 de dezembro de 1991, quando tornou-se um município independente. Seu nome tem sua origem no tupi antigo falado na costa brasileira, através do termo tupi piratyoca, que significa “casa do peixe branco”. Para outros, no entanto, Bertiooga tem origem no termo tupi buriquioca, que significa “casa do muriqui”.



Catiguá

03 de maio

Em 18 de fevereiro de 1959, por meio de lei estadual, o distrito foi elevado à categoria de município, sob o nome de Catiguá, desmembrado de Catanduva.



Cesário Lange

03 de maio

Agropecuária, indústria, turismo religioso e lazer são algumas das atividades econômicas praticadas no município, que é um centro de criação de cavalos puro sangue inglês.



Guaíra

18 de maio

Foi elevado a Distrito de Paz com o nome de Guaíra, pela Lei Estadual n. 1144, de 16 de novembro de 1908, e o município pela Lei Estadual n. 2328, de 27 de dezembro de 1928.



Jumirim

21 de maio

Jumirim teve seu marco inicial, no ano de 1886, com a chegada da linha férrea da Sorocabana e construção da estação, nas terras da Fazenda Barreiro, de propriedade de Manoel Novaes.



Pederneiras

22 de maio

Até o ano de 1840, o território hoje ocupado pelos municípios de Pederneiras, Jacanga, Arealva, e Reginópolis (ex-Batalha) estavam inteiramente em poder dos índios caingangues.



Santa Cruz das Palmeiras

03 de maio

O município pertence à Diocese de São João da Boa Vista. O município é dividido em duas paróquias, a Paróquia Santa Cruz e a Paróquia Santa Rita de Cássia.



Santa Rita D'Oeste

22 de maio

A cidade foi fundada em 22 de maio de 1952, desenvolveu-se e obteve sua autonomia político-administrativa em 28 de fevereiro de 1964, quando foi elevada a município.



Santa Rita do Passa Quatro

22 de maio

O povoado originou-se de uma capela, dedicada à Santa Rita de Cássia, no lugar chamado Passa Quatro, terras que pertenciam ao Distrito de São Simão. O nome Santa Rita surgiu em homenagem à Dona Rita Ribeiro Vilela e Passa Quatro surgiu devido à existência do Córrego Passa Quatro.



Atibaia

24 de junho

A história do município de Atibaia está diretamente ligada à atuação dos bandeirantes, desbravadores de terras virgens que lideravam pequenas comitivas exploradoras, em busca de índios e pedras preciosas



Cordeirópolis

13 de junho

Antes da fundação da cidade, o território do Município de Cordeirópolis era dividido em grandes propriedades rurais, que tinham ocupado o solo desde o início do século XIX.



Nhandeara

24 de junho

Com a evolução econômica populacional, sentiu-se necessidade de lutar para que a vila se transformasse em Distrito, o que ocorreu pelo Decreto - Lei 7.032 de 25 de março de 1935, instalado em 11 de maio de 1935, já com o nome de "Nhandejara".



Morungaba

29 de junho

Um dos momentos decisivos na formação de Morungaba foi a chegada dos imigrantes italianos, no segundo lustro da década de 80, século XIX.



Porangaba

04 de junho

Cidade de origem “tropeira”, Porangaba nasce em meados do século 18, às margens do caminho tropeiro que ligava Botucatu à Sorocaba, onde se realizava a importante Feira de Muões.



Regente Feijó

28 de junho

Até início do século XX, o vale do Paranapanema era cortado por tropeiros e boiadeiros que demandavam ao Mato Grosso, fazendo aí, vários pontos de descanso.



Taiúva

13 de junho

Por volta do ano de 1880 já existiam propriedades agrícolas na região onde se encontra TAIÚVA.



São Manuel

17 de junho

Quando emancipado de Botucatu, o município de São Manuel era constituído pelos distritos de Igarçu do Tietê, Areiópolis, Pratânia e Aparecida. Destes, o mais antigo é o de Aparecida, que ainda permanece como parte do município. Os demais distritos tornaram-se municípios.

O METRÔ DE SÃO PAULO É EXEMPLO DE **MODERNIDADE E INOVAÇÃO** PARA O MUNDO INTEIRO.

O Metrô atende com rapidez e segurança 4,7 milhões de pessoas todos os dias e continua se modernizando para levar cada vez mais gente em direção ao futuro.

- 5 linhas em operação comercial
- 78,4 quilômetros de linhas
- 500 viagens realizadas diariamente
- 68 estações em funcionamento
- Frota com 164 trens
- 70 mil quilômetros percorridos por dia
- Monotrilho operando desde o ano passado com trens que não causam poluição sonora nem ambiental







Uso doméstico de água de chuva durante situação de crise hídrica

Eng. Dr. Luciano Zanella*

Os anos de 2013 e 2014 foram marcados pela redução no volume de chuvas, em especial no sudeste brasileiro, o que trouxe impactos bastante perceptíveis nos sistemas de abastecimento de água de diversos municípios. A estrutura de abastecimento urbano vigente é baseada, quase que exclusivamente, no fornecimento de água potável pela rede de distribuição.

O abastecimento por fontes alternativas tornou-se raro em ambiente urbano, persistindo nas zonas rurais e em alguns ramos de atividade comercial e industrial onde o abastecimento por poço ainda é encontrado.

A água fornecida pela rede é sujeita à regulação segundo a Portaria *MS Nº 2914 de 12/12/2011* que “dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade” e traz para o operador do serviço de abastecimento as responsabilidades sobre a distribuição da água

e manutenção do seu rigoroso padrão de qualidade, destinado a garantir a segurança para o consumo humano.

Apesar do elevado padrão de qualidade, a água distribuída é utilizada para toda e qualquer atividade doméstica, do afastamento de dejetos das bacias sanitárias até a ingestão. A facilidade de obtenção de água de boa qualidade em área urbana levou praticamente ao desuso de técnicas residenciais complementares de abastecimento como o aproveitamento de água de chuva, apesar de esta fonte ter ganhado força na última década nos setores industrial, comercial e residencial de alto padrão.

Com a intermitência ou até mesmo a ameaça de colapso do fornecimento da água da rede, muitas soluções caseiras de abastecimento complementar baseadas na coleta de água de chuva têm sido desenvolvidas pelos usuários finais e disseminadas pela mídia, sem que sejam ressaltados os devidos cuidados técnicos necessários. De forma a colaborar ►

com a qualidade de vida da população e auxiliar aos municípios no desenvolvimento e recuperação de sua resiliência hídrica, o IPT lançou o “*Manual para Captação Emergencial e Uso Doméstico de Água de Chuva*” (Figura 1), uma publicação baseada no conhecimento desenvolvido pela instituição ao longo de mais de 15 anos de pesquisas sobre o tema e voltada ao usuário final, com distribuição eletrônica (*disponível para download em www.ipt.br/manual_agua-dechuva*) que orienta quanto aos principais cuidados que o usuário deve ter para o correto uso deste recurso.

A publicação destaca a utilização da água em situação emergencial, ou seja, para os usuários que não tem um sistema de aproveitamento de chuva instalado de forma permanente em suas residências. As orientações são fornecidas de maneira a permitir o fácil entendimento e para permitir a liberdade do desenvolvimento de sistemas caseiros emergenciais, mas com os devidos cuidados técnicos. Os sistemas emergenciais são simples, destinados a suprir parte das necessidades de água durante um período de intermitência ou crise de abastecimento e que, geralmente, necessitam da intervenção do usuário para o transporte da água em baldes ou vasilhas até o ponto de utilização. Os sistemas

permanentes são aqueles projetados em conjunto com a edificação e que permitem o uso complementar da água de forma mais confortável, já que a água é entregue diretamente no ponto de consumo. Para esses sistemas é necessário um projeto realizado por um profissional devidamente habilitado, uma vez que o sistema de aproveitamento de água de chuva permanece como parte integrante do sistema predial de distribuição de água. O projeto, construção e operação deste tipo de sistema devem atender às normas pertinentes, em especial a *ABNT NBR 5626:1998* - Instalação predial de água fria e a *ABNT NBR 15527:2007* - Água de chuva - Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis - Requisitos.

Durante a precipitação a água pode entrar em contato com uma série de poluentes como: partículas e substâncias encontradas na poeira existente naturalmente no ambiente; poluição gerada por atividade industrial; veículos automotores; solo levado pelo vento; fezes e restos de animais, folhas, galhos e restos vegetais presentes nos telhados, etc. Esses poluentes podem tanto estar presentes no ar a poluição atmosférica como nas superfícies onde a chuva cai nos telhados e até mesmo nas folhas das árvores. A água da chuva lava essa poluição e ►

OS SISTEMAS EMERGENCIAIS DEVEM ATENDER A 5 PASSOS DE SEGURANÇA:

1. CAPTAÇÃO SEGURA
2. FILTRAGEM DA ÁGUA
3. DESCARTE DA ÁGUA DE PRIMEIRA CHUVA
4. ARMAZENAMENTO CORRETO DA ÁGUA
5. DESINFECÇÃO E TRATAMENTO COMPLEMENTAR, SE NECESSÁRIO AO USO PRETENDIDO

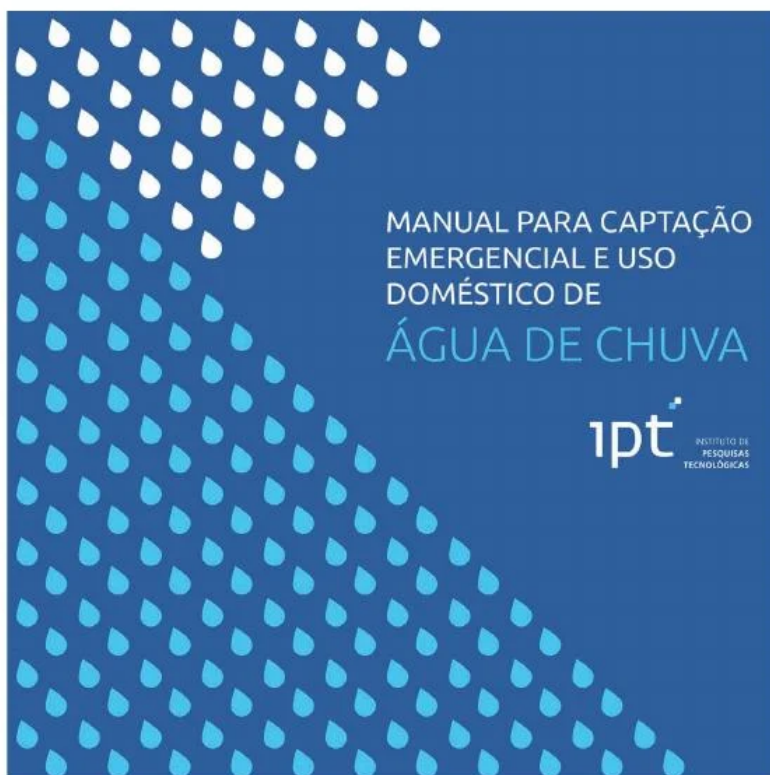
Figura 1.

traz consigo os poluentes.

Para obter uma água de melhor qualidade, deve-se coletar a água de uma superfície mais limpa. Os telhados são melhores opções em comparação aos pisos. Apesar disso, nos telhados também acontece o acúmulo de poluentes e até mesmo podem ser habitados por alguns animais como gatos, ratos, pássaros, gambás e pequenos répteis. Mesmo captando a chuva a partir do telhado, deve-se fazer um tratamento mínimo da água: filtrar esta água para remover material grosseiro e descartar a água da primeira chuva. O objetivo da filtragem é remover da água, material particulado grosseiro que tenha sido arrastado a partir do telhado. Por exemplo, folhas de árvores, pequenos gravetos, algum pequeno animal ou inseto, penas de pássaros, areia que tenha sido carregada pelo vento até o telhado, etc. Mesmo fazendo a filtragem, o material mais fino arrastado tanto da atmosfera quando da superfície de captação ainda estará presente na água. É como se a água da chuva lavasse a atmosfera e os telhados; essa água conhecida como água de primeira chuva ou *"first flush"*, não deve ser utilizada, já que pode ter características de qualidade bastante ruins. A água descartada será mais suja, quanto maior for o tempo sem chuvas. O descarte da água de primeira chuva é peça fundamental no tratamento desta água para qualquer tipo de uso.

A quantidade de água descartada varia de acordo com as atividades que são desenvolvidas ao redor do ponto de captação. Por exemplo, em locais que fiquem próximos a obras civis ou a regiões de tráfego intenso, o volume de água descartado terá que ser maior que em uma edificação localizada em uma rua tranquila em um bairro estritamente residencial. A recomendação é que sejam descartados os primeiros 2 mm de chuva.

Um milímetro de chuva corresponde a 1 litro de chuva para uma área de 1 m² de telhado ou seja, para saber quanto de água deve ser descar-



Disponível em:
www.ipt.br/manual_aguadechuva

tada, deve-se que saber qual é a área de telhado a partir da qual a chuva está sendo coletada.

A água coletada, filtrada e sem a água da primeira chuva, deve ser armazenada de forma segura. Devem ser utilizados reservatórios que sejam adequados ao armazenamento da água, em especial que não alterem as características de qualidade da água armazenada. Além disso, como se tratam de reservatórios não planejados com a edificação, devem ser tomados cuidados referentes à segurança estrutural do local onde o reservatório será colocado.

O acesso ao reservatório deve ser controlado para evitar acidentes, em especial com crianças que podem causar o tombamento de alguns tipos de reservatórios ou até mesmo serem ►

vítimas de afogamento, caso tenham acesso ao seu interior. O reservatório de água de chuva será um local com água limpa e parada. Caso não sejam tomados os devidos cuidados, será um local propício para a proliferação de insetos, inclusive os mosquitos transmissores de dengue e febre chicungunha. Deve, portanto, ser sempre muito bem fechado, inclusive com a colocação de telas nas saídas de ladrões e respiros.


A água obtida, mesmo com todos os cuidados descritos, não deve substituir a água da rede para todos os usos. Deve-se sempre utilizar a água de melhor qualidade disponível para os usos onde a qualidade da água possa afetar os usuários de forma mais significativa. Quando existe uma água de qualidade garantidamente melhor, é esta água que deve ser usada para os usos mais nobres como beber e preparar alimentos. Só se pode utilizar uma água de qualidade não garantida para determinado uso se não houver água de melhor qualidade disponível, mas existem os riscos envolvidos neste consumo. O melhor a fazer é continuar usando a água da rede que obrigatoriamente deve atender ao padrão de potabilidade para os usos mais nobres como beber e preparar alimentos e destinar a água de chuva para fins onde variações de qualidade sejam mais toleradas: rega de jardins e plantações, lavagem de carros e pisos e descargas de bacias sanitárias. Em condições anormais de abastecimento, desde que se mantenha a forma ade-

quada de coleta, tratamento e armazenamento, é possível considerar o uso da água de chuva para o banho e para lavagem de roupas e louças, mesmo em ambiente urbano.

A utilização da água de chuva para ingestão deve ser evitada, mas em casos extremos, pode ser utilizada desde que se tomem cuidados extras (BRASIL, 2011):

A água deve passar por todas as etapas do tratamento



Uma alternativa à fervura é a mistura de água sanitária à água já filtrada, na proporção de 2 gotas de água sanitária pra cada litro, neste caso a água deve ser mexida e deixada descansar por meia hora antes de ser consumida. 

Eng. Dr. Luciano Zanella

Pesquisador do Laboratório de Instalações Prediais e Saneamento do Centro Tecnológico do Ambiente Construído do IPT.

Contato: (11) 3767-4671 - lucianoz@ipt.br

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:



Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasse do Governo aos Municípios.





A importância das Pesquisas e da Escola Pública em São Paulo

** Wagner Martins Magalhães da Silveira e Livia Inglesis Barcellos*

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE, e o Censo Escolar, consolidada pelo INEP, são as pesquisas anuais de maior relevância para a obtenção de uma avaliação da cobertura do ensino no país. Estas pesquisas se complementam, visto que a PNAD obtém seus resultados através de uma amostra de domicílios, entrevista a moradores, e tem visão municipal, já o Censo Escolar utiliza os dados de matrículas das Secretarias Municipais de Educação. Os valores são obtidos de diferentes bases (frequência informada x matrículas escolares) e por esse motivo, apresentam resultados com pequenas diferenças, mas a grande importância de ter estes dois indicadores é a possibilidade de comparação, análise e validação dos dados administrativos. ►

IBGE - PNAD:

A frequência dos alunos no ambiente escolar

Um dos dados levantados pela PNAD indica a frequência nas creches ou escolas por nível e rede de ensino (pública ou privada). Os dados do IBGE mostram que o número de pessoas que frequentavam escolas ou creches públicas, em São Paulo, supera em mais de 5 milhões daquelas que o faziam na rede particular, em 2013.

A PNAD é utilizada pela Organização das Nações Unidas como base para os indicadores do Brasil sobre rendimento, escolaridade, condições de vida, entre outros. Realizada anualmente, exceto em anos de Censos, traz em sua abordagem temas específicos sobre educação não contemplados em outras pesquisas, como por exemplo o motivo da não frequência nas escolas, inserido como suplemento em 2006. Naquele ano, as duas principais causas informadas para não frequência escolar em São Paulo eram a falta de vagas, principalmente em creches, e a carência de escolas próximas. Ainda foram le-

vantados em 2006 dados de absenteísmo, que se referem aos que já frequentavam a escola, onde os principais fatores de ausência observados foram a falta de transporte escolar e o desinteresse pela escola.

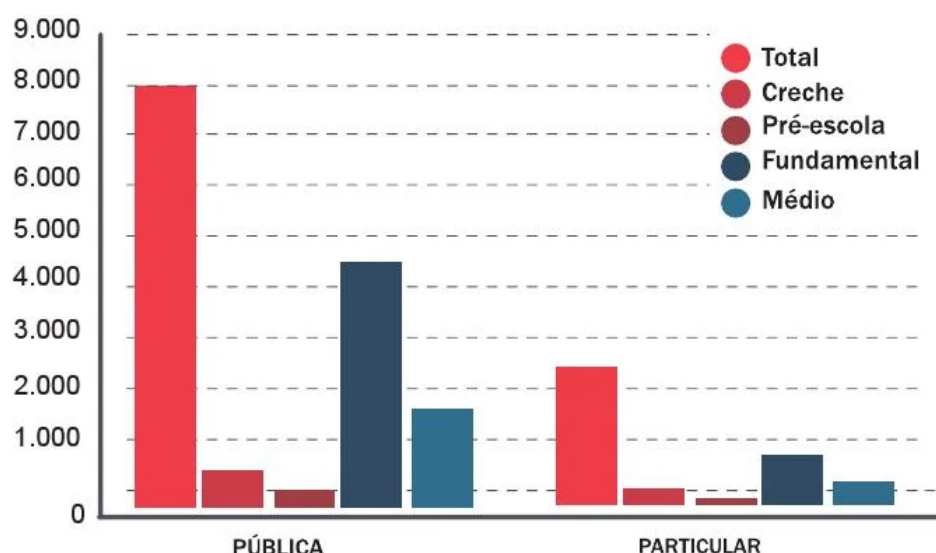
Obtendo os principais números atualizados sobre as crianças e jovens nas escolas, conseguimos entender alguns movimentos observados e as tendências para os próximos anos, verificando acertos e erros nas políticas públicas de educação. Nas creches do estado de São Paulo destaca-se o aumento de vagas e a ampliação na rede pública, entre 2012 e 2013, onde os dados apresentaram 116 mil alunos a mais. O crescimento foi de 21,1%, enquanto na rede particular houve uma redução de 8,2%. As mais de 785 mil crianças nas creches públicas de São Paulo, acabaram colocando o estado em segundo lugar no ranking de oferta relativa de vagas no país, ficando atrás apenas de Santa Catarina, refletindo o resultado dos programas em parceria nas várias esferas de governo. Na pré-escola também houve acréscimo total de 31 mil alunos. Nesse período, na rede pública de ensino, o crescimento foi de 10,2%, o que corresponden-

te a 57 mil alunos. Na mesma época, a rede particular, teve redução de 15,8%, mantendo a mesma tendência das creches. Nesta etapa escolar São Paulo tinha em 2013 mais de 1,5 milhão de crianças, sendo 82% em escolas públicas, o mesmo quantitativo de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro juntos. O crescimento das creches e pré-escolas tem grande importância inserção da mulher no mercado de trabalho, ajudando a compor a renda domiciliar e trazendo benefícios diretos para ascensão social destas famílias.

No ensino fundamental, a frequência total dos alunos sofreu uma retração. ►

Frequentavam escola ou creche

Fonte: IBGE / PNAD-2013



Comparando os anos de 2012 e 2013 é possível notar que a frequência caiu 2,1% na rede pública. Em contrapartida a rede particular teve 14 mil estudantes a mais (+1,7%). O estado tinha quase 5,7 milhões de pessoas frequentando o fundamental em 2013, 85% em escolas das redes municipais. Podemos notar que este grupo se mantém estável há alguns anos e tem agora como grande desafio a melhoria da qualidade da escola pública, evitando assim a futura evasão.

Ainda segundo a PNAD-2013, o número de alunos que frequentavam o ensino médio cresceu 2,3%, em comparação com 2012. Na rede particular o aumento foi muito maior (+22,2%), equivalente a um acréscimo de 60 mil novos alunos. Vale ressaltar que todo o sistema “S” (Senai, Senac e Senat) é considerado ensino privado na PNAD, ainda assim a escola pública representava mais de 83% dos alunos.

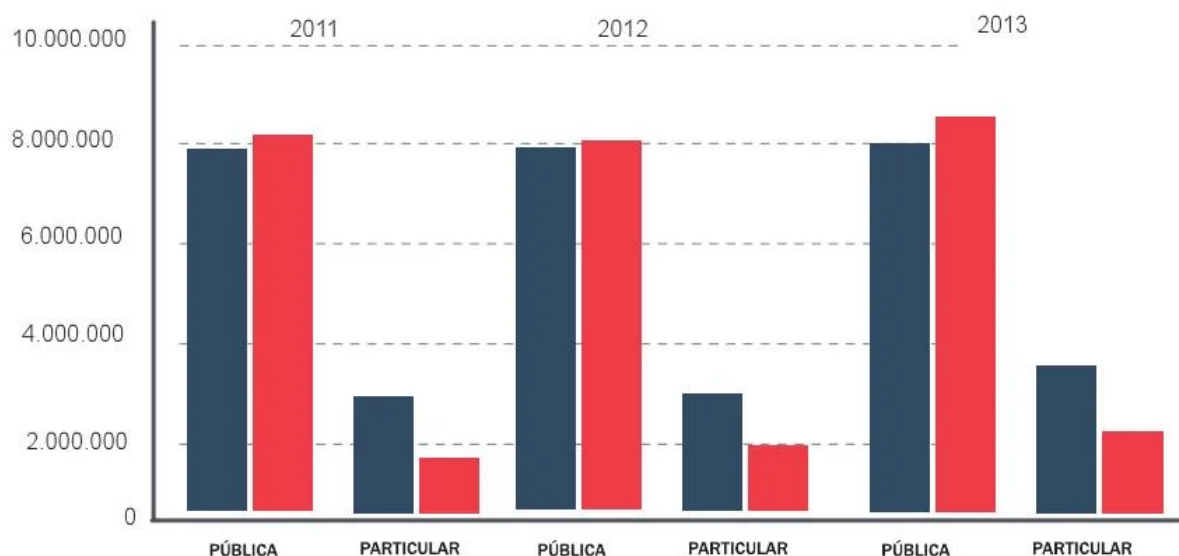


PNAD - Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

Número total de alunos em São Paulo

Fontes: IBGE/PNAD e INEP/Censo Escolar

● IBGE
● INEP



INEP - Censo Escolar: Número de matrículas nas escolas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pelo Censo Escolar, o qual apresenta dados referentes aos estabelecimentos, matrículas, função dos docentes, movimento e rendimento escolar para as diferentes modalidades de ensino brasileiras.

Segundo o INEP, no período de 2012 para 2013, houve um acréscimo de quase 5% nas matrículas das creches públicas e particulares no estado de São Paulo, resultados positivos assim como os da PNAD 2013. No mesmo intervalo, em relação ao pré-escolar, houve aumento de 3,78% no número de matrículas. Somente em 2013 foram 1.053.176 alunos matriculados. No período compreendido entre 2011 e 2013, o número de matrículas cresceu 6,26%.

No ensino fundamental o número de matrículas total apresentou redução, assim como na PNAD. Na pesquisa feita pelo IBGE, o decréscimo foi de 2,14% entre 2012 e 2013, e, no Censo Escolar, foi de 2,26%. Em contrapartida, a rede particular teve um aumento de pouco mais de 21 mil alunos.

Analisando o ensino médio, no período compreendido entre 2012 e 2013, houve um discreto acréscimo de 0,3% no número de alunos matriculados, igualmente distribuídos entre o ensino público e o particular. Já no ano de 2013, 1,9 milhão de alunos estavam inscritos no ensino médio, sendo 85% na rede pública, número muito próximo aos 83% apurados na PNAD para o mesmo ano.

Os números indicam uma tendência de subnumeração nas informações das escolas particulares e superestimação para as públicas, conforme gráfico comparativo IBGE x INEP para os anos 2011, 2012 e 2013, revelando uma necessidade de melhora na apuração dos registros administrativos.

Wagner Martins Magalhães da Silveira
Analista em Informação Geográfica e Estatística
Coordenador de Disseminação de Informações do IBGE

CONCLUSÃO

A importância dos indicadores IBGE e INEP

Ao compararmos os resultados das duas pesquisas é possível verificar que a educação básica apresentou significativo avanço no contexto geral em São Paulo. Em ambas, os dados obtidos comprovam o crescimento na oferta de vagas, principalmente na rede pública, e a ampliação da rede de ensino, tornando mais fácil o acesso e reforçando a importância da escola já nos primeiros anos de estudo. Entre as carências citadas no suplemento educação da PNAD-2006, como os motivos para a não frequência à escola ou absenteísmo, algumas já mostram evolução como no caso das creches, da melhoria do transporte escolar e da proximidade da rede em relação às residências, mas ainda falta o desafio da melhoria da qualidade, visando despertar um maior interesse por parte dos alunos. Algumas iniciativas de escola em tempo integral agregando outras atividades além do estudo das disciplinas regulares vêm sendo empreendidas com sucesso em vários municípios. Os resultados obtidos por estas unidades deverão servir como parâmetro e modelo para a remodelação da atual rede pública, norteados os futuros investimentos na área da educação.

Portanto, de acordo com os dados apresentados, podemos comprovar a importância das pesquisas na produção e na construção de indicadores, como também, a necessidade da utilização de várias fontes confiáveis de informações para a elaboração de um melhor diagnóstico, dando suporte decisivo para a tomada de decisão sobre quais serão os caminhos a seguir, e finalmente, possibilitando um adequado acompanhamento dos resultados das ações implementadas nos últimos anos.

Livia Inglesis Barcellos
Estagiária de Comunicação Social



A PREOCUPAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

** Sérgio Ciqueira Rossi*

No artigo 71 da Constituição Federal estão alinhadas as competências conferidas aos Tribunais de Contas para o desempenho da missão de órgão de controle externo na fiscalização das receitas e despesas públicas.

Dentre essas competências que, diga-se, não são poucas destacam-se o parecer sobre as contas do Governador no caso dos Tribunais Estaduais -, o julgamento das contas dos ordenadores da administração direta, indireta e fundacional na esfera estadual e municipal, o registro dos atos de admissão de pessoal, exceto

os de provimento em comissão, o registro dos atos concessórios de aposentadoria e pensão, a apreciação de consultas versando sobre matéria orçamentária, financeira, licitatória e outras, a apreciação de representações, incluídas aquelas relativas a irregularidades nos editais de licitação. Para o cumprimento desse mister, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo visita, anualmente, 3.550 órgãos e entidades espalhados na Capital e Interior.

Além dessas, os Tribunais de Contas têm competência para julgar as contas anuais das Câmaras Municipais e emitir parecer ►

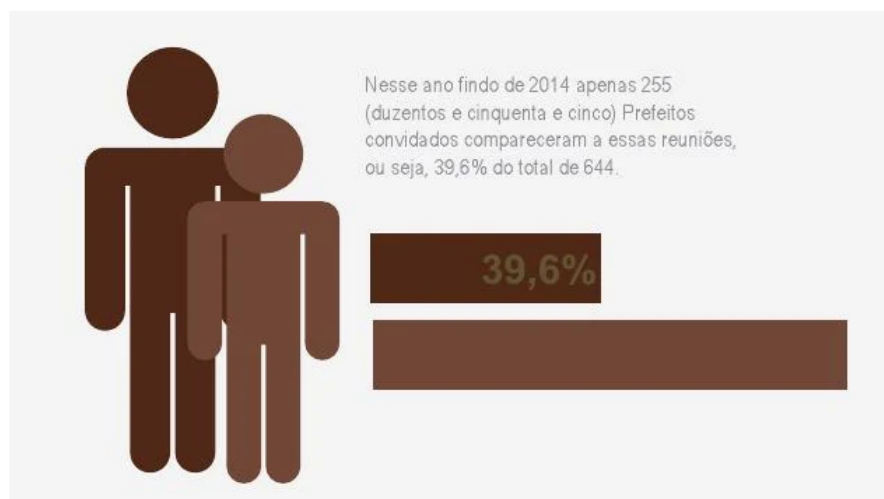
prévio sobre a administração financeira dos municípios, mais especificamente as contas do Prefeito Municipal. Aqui um parêntese para anotar que alguns Tribunais não é o caso do Estado de São Paulo emitem parecer sobre as contas de governo do Prefeito Municipal e julgam as contas da gestão desse mesmo Prefeito. Assinale-se que essa dualidade de procedimento está em apreciação perante o Supremo Tribunal Federal causando intrincada discussão com respeitáveis divergências.

Pois bem, é sobre o exame e parecer das contas de Prefeito que quero centrar meu entendimento nesta ocasião. E o farei convicto de que essa matéria merece muita atenção do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os integrantes da Corte de Contas Paulista, os jurisdicionados e os que militam em nome desses lidam com processos instruídos com muita qualidade e conhecimento.

O exame dessas contas anuais abarca um sem número de aspectos intimamente relacionados com a arrecadação da receita e o dispêndio de recursos no ensino, na saúde. É fundamental, também, o equilíbrio entre essa receita e essa despesa, o planejamento fincado nas 3 (três) leis orçamentárias, o controle dos gastos com pessoal, o recolhimento dos encargos previdenciários, a quitação de precatórios judiciais, a adequada destinação dos recursos arrecadados com os royalties e com as multas de trânsito. E outros tantos que formam um conjunto garantidor de que a fiscalização não poupa esforços em produzir um trabalho que seja a favor do interesse público. É nesse sentido que atua a fiscalização é nesse sentido que são emitidos os Pareceres correspondentes.

E é esse o núcleo dessas poucas linhas.

No ano passado 2014 - o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo cuidou de apreciar e emitir parecer sobre as 644 contas que lhe são confiadas e que se referiam ao exercício fiscal de 2012,



último ano dos mandatos que se iniciaram em 2009. A expectativa era de que a grande maioria dessas contas fosse objeto de parecer favorável. Ledo engano. Terrível desalento.

Ao contrário do que se poderia imaginar, nesse ano de 2014, que cuidou das contas de 2012, foram 303 pareceres favoráveis, ou seja, 47,05% do todo e 341 pareceres desfavoráveis o que corresponde a 52,95% desse mesmo todo.

Foi o ano com maior número de pareceres desfavoráveis, já vivido por este Tribunal.

Nem mesmo a crença de que a Lei de Responsabilidade Fiscal teria criado procedimentos que evitassem os sabidos abusos do último ano de mandato se confirmou.

Ao contrário. Há uma considerável piora contada a partir do ano de 2000 também de último ano de mandato e vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal agravada em 2004, ligeira melhora em 2008 e, finalmente, desastrosa em 2012.

A que se deve creditar esse resultado?

Dizem alguns que por excesso de rigor nas decisões da Corte, esquecendo-se que este Tribunal de Contas tão somente verifica o correto cumprimento da Constituição e das leis de direito financeiro. Afinal, é na Constituição Federal que se encontram estabelecidos os mínimos da saúde e educação. É a Lei de Responsabilidade Fiscal que exigiu equilíbrio entre receitas e despesas e fixou limites para os gastos com pessoal. ►

Esse então não é o motivo.

Dizem outros que por excesso de encargos e recursos minguados. Ninguém mais deixa de defender uma mais adequada repartição tributária. Isso é imperioso que se faça, porém enquanto não é feito, devem os administradores das Prefeituras Municipais cumprir as regras e observar limites das leis que regem as finanças públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal contém mecanismos que atuam exatamente no sentido de amparar decisões que busquem cumprir todo esse ordenamento.

A meu ver, há um conjunto de fatos que podem justificar esses desastrosos resultados.

O primeiro são as dificuldades com que se defrontam as máquinas administrativas renovadas a cada novo mandato, em especial pela profusão de cargos em comissão, e de certo modo desamparadas de melhores condições, especialmente quanto à formação, aperfeiçoamento e remuneração. Outro, a inexistência ou nenhuma estrutura do controle interno, sabidamente indispensável à eficiência e higidez dos atos praticados pela Administração, ponto que este Tribunal adotou como bandeira principal da fiscalização nesses próximos anos.

E, por último, tenho como motivação maior desses péssimos resultados o pouco interesse, não dessas máquinas, mas sim de seu chefe o Prefeito com a atividade pedagógica que temos desenvolvido. Pude observar que inversamente ao aumento no número de pareceres desfavoráveis, houve uma diminuição no número de Prefeitos participantes dos eventos de orientação que promovemos por todo o Estado. Nesse ano findo de 2014 apenas 255 (duzentos e cinquenta e cinco) Prefeitos convidados compareceram a essas reuniões, ou seja, 39,6% do total de 644.

Como tenho dito reiteradamente, que é de vital importância para o município que seu dirigente maior inteire-se das orientações desta Casa. Assim, penso que as causas determinantes da rejeição das contas poderiam ser minimizadas, e não teríamos, por exemplo, 152 contas rejeitadas pela constatação de elevados déficits orçamentários, ou 111 pela inadequada ou insuficiente aplicação de recursos no ensino ou, ainda, dentre outros motivos, 101 pela falta de quitação de precatórios judiciais.

Ainda é preciso que se diga que as consequências desses desacertos não ficam só na emissão do parecer desfavorável; elas se estendem

e podem chegar ao julgamento pela Câmara decretando a irregularidade dessas contas e a consequente inelegibilidade do agente político, ainda mais agora que a justiça eleitoral considera improbidade dolosa a não observância aos alertas expedidos pelo Tribunal de Contas, sinalizando, ao longo do exercício, que essas contas não estão no melhor caminho. Já não tenho mais dúvidas que esse pouco interesse está fazendo toda a diferença.

Imagino que a preocupação deste Tribunal há de ser compartilhada por aqueles que são atingidos pelas decisões proferidas.



Sérgio Ciqueira Rossi

Secretário - Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

APM PRESENTE NA XVIII

MARCHA

A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Com leitura e aprovação da Carta da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, feita pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, as atividades do evento foram encerradas na manhã desta quinta-feira, 28 de maio. No período de 25 a 28/05/15, a Capital Federal foi palco do maior evento municipalista mundial, e pelo menos oito mil municipalistas e convidados estiveram na Marcha este ano, o que representa recorde de público. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais gestores do poder local apresentaram suas reivindicações ao Poder Executivo, Judiciário de Legislativo.



APM

Representando os municípios Paulista, o Presidente da APM, Marcos Monti, esteve presente em todos os eventos ocorridos durante a Marcha. Além de estar na abertura e encerramento, esteve presente desde o debate havido com os partidos políticos sobre a reforma política, e na reunião com o Congresso Nacional, com a presença dos presidentes das duas casas legislativas, dos líderes partidários da Câmara e do Senado Federal, com o presidente e relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, além de centenas de parlamentares.

Reivindicações

A carta apresenta as nove principais reivindicações municipalistas deste ano. Assinada por Ziulkoski, ela também contempla: os parlamentares assumiram o compromisso

com a pauta legislativa dos Municípios composta por 17 iniciativas, em especial com o novo ISS, mecanismo de reajuste dos programas federais, o FPM anticíclico e a vedação de se criar despesas sem a clara fonte de recursos.

- 1- Extinção da incidência do PASEP nas transferências para Estados e Municípios;
- 2- Aumento da parcela do IPI Exportação de 10% para 12%;
- 3 - Aumento do FPE de 21,5% para 22,5%;
- 4 - Alterar o peso do VAF (Valor adicionado fiscal) de 75% para 50% na composição do índice de retorno do ICMS;
- 5 - Destinação de recursos da União diferenciados para Regiões Centro-Oeste e Nordeste;
- 6 - Liberação de Depósitos Judiciais para utilização de Estados e Municípios;
- 7 - Permissão para que Estados e Municípios possam cobrar as operadoras de planos de saúde;
- 8 - Prorrogação do prazo do encerramento dos lixões; e
- 9 - Retirada da restrição do CAUC para que o consórcio possam receber recursos, caso algum Município esteja com pendências.



Novas regras para as parcerias com a Administração Pública

**Isabela Giglio*

Em 27/07/2015 entrará em vigor a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o novo regramento a ser aplicado às parcerias voluntárias celebradas entre a Administração Pública (União, Estados, Municípios, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos e suas subsidiárias) e as organizações da sociedade civil, que atualmente integram o chamado Terceiro Setor.

As organizações da sociedade civil são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que não distribuem os resultados auferidos aos seus componentes, aplicando-os integralmente no atingimento dos objetivos sociais, seja de forma imediata, seja por meio de constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Isso significa que somente as entidades que possuam tais características poderão celebrar parcerias com a Administração Pública.

As entidades interessadas serão selecionadas mediante chamamento público, cuja realização é obrigatória, salvo as exceções de dispensa e inexigibilidade. O chamamento deve ser claro, simples, objetivo e amplamente divulgado no sítio oficial, sendo vedado o acréscimo de cláusulas que comprometam o seu caráter competitivo. As propostas serão julgadas pela Comissão de Seleção, que seguirá como critério de julgamento o grau de adequação da proposta aos ob-

jetivos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria e o valor de referência constante do chamamento.

Uma das grandes preocupações da Lei foi a de introduzir regras relativas à prestação de contas, atribuindo à Administração o dever de fornecer manuais específicos às organizações da sociedade civil, no ato da celebração do termo de parceria, para a prestação de contas.

A Lei também trouxe ideias novas no âmbito da fiscalização, tais como a criação de Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por apreciar o relatório de monitoramento e avaliação, do qual constarão as especificações relativas ao cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

Com a entrada em vigor da comentada Lei Federal nº 13.019/2014, os convênios ficarão adstritos às parcerias firmadas entre órgãos públicos. Como regras de transição, a Lei trou-





xe as seguintes: (i) as parcerias existentes em 27/07/2015, quando a Lei entrará em vigor, permanecerão sendo regidas pela legislação da época em que foram celebradas; (ii) a prorrogação das parcerias já existentes na mesma data, qual seja, 27/07/2015, deverá obedecer o novo regramento, ou seja, atender aos ditames da Lei nº 13.019; (iii) as parcerias por prazo indeterminado firmadas antes da entrada em vigor da Lei deverão obedecer ao novo regramento, sendo recomendável que os Municípios providenciem a repactuação dessas parcerias (celebradas por prazo indeterminado) em prazo não superior a 1 ano, adaptando-as ao novo regramento, sob pena de responsabilização da Administração.

É fundamental que os Municípios observem o novo regramento até porque a sua inobservância configura ato de improbidade administrativa, cuja prática poderá acarretar a aplicação das duras penas definidas pela Lei de Improbidade.



Isabela Giglio

Advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM - Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro "Improbidade Administrativa - Dolo e Culpa" e co-autora do livro "Vinte Anos de Constituição" (isabela@conam.com.br).

Pode?

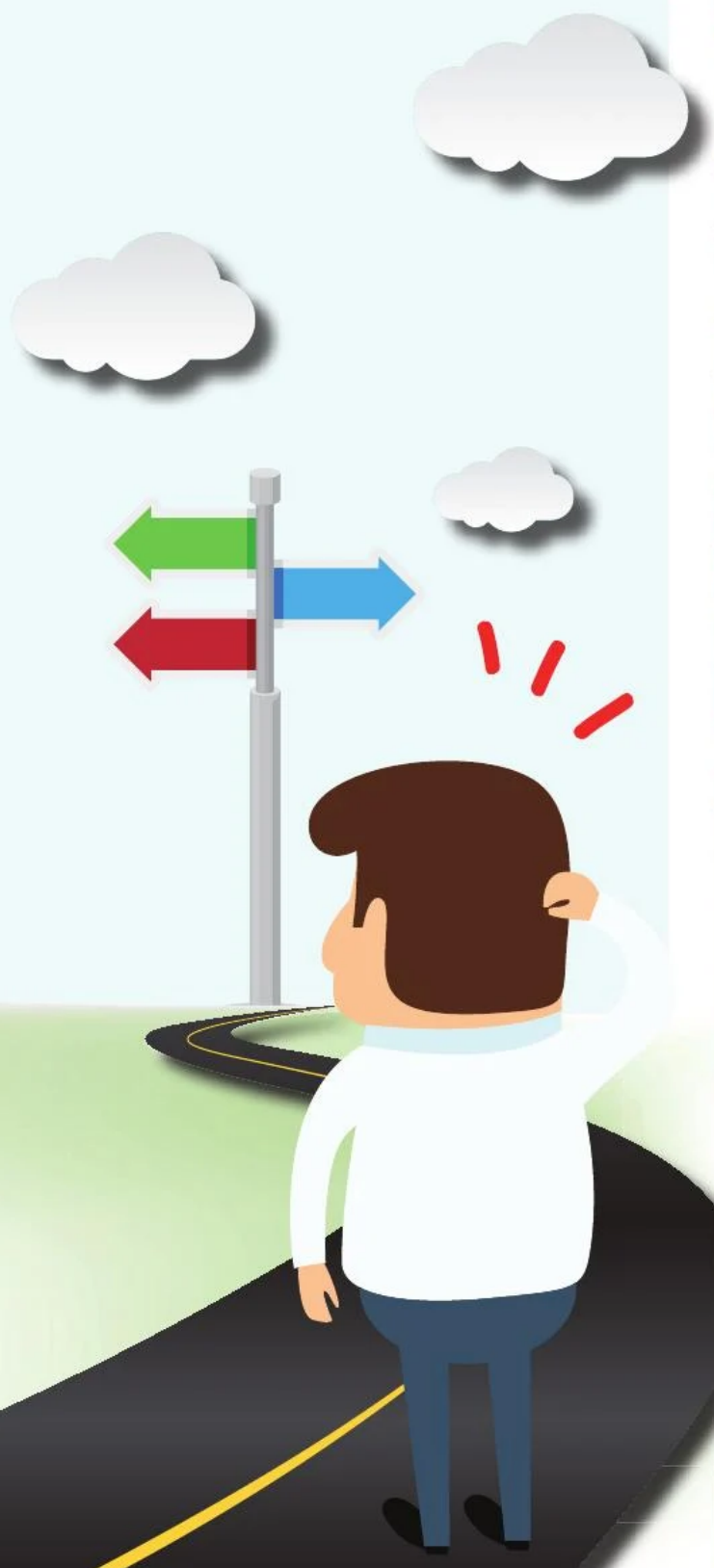
Viver é bonito, triste, cômico, trágico e sobretudo, perigoso. E nós amamos o perigo e flertamos todo o dia com as possibilidades. Nunca foi diferente para o Chico Panema, caboclo dos bons, filósofo graduado na faculdade da vida; homem tinoso, de falar manso, sotaque carregado e dotado de sutis tiradas hilariantes.

Caboclo macho, daqueles que sempre levantou de madrugada e nunca recusou o guatambú, ele começou pobre, lavrou sua terra com maestria, vivenciou os picos e vales oriundos dos riscos e sazonalidade da agricultura e, como poucos, acabou ficando rico depois de velho e, enfim, apto a colher literalmente os frutos de colheitas de uma vida inteira.

Carismático, sempre foi cortejado por candidatos a prefeito e vereador exatamente, por ter uma horda natural de seguidores, gente simples a se regozijar do seu jeito engraçado e cativante. “Mulher é ‘lôra’, cerveja é ‘brâma’, e carro é ‘fusca’, registra um de seus bordões preferidos, tascados entre um e outro gole de cerveja entremeados de pigarrear após tragadas de um velho continental sem filtro. Nessa atmosfera de boteco a misturar cheiros de aguardente, serragem e suor, Chico gostava sempre de prosear sobre os mais diversos assuntos.

Certa feita, um tanto quanto nostálgico a falar de mulheres, preferencialmente “lôras” ele se saiu com uma frase emblemática e que jamais me esqueci: “Meus filhos, a vida é armadilhosa e ingrata: no tempo que eu podia, eu não podia.

Agora que eu posso, eu não posso...”



José Claudio Manesco - Diretor de Articulação Institucional
Fundação Ezute - jmanesco@ezute.org.br



**QUEM FAZ O MAIOR CONGRESSO DE
MUNICÍPIOS, PODE FAZER O MELHOR
EVENTO DE SUA CIDADE.**

ANIVERSÁRIO DE CIDADE - FESTAS TEMÁTICAS - SHOWS - CONGRESSOS - FEIRAS

Fones: (13) 3877.0034 3877.0035 - cape@capeeventos.com.br

**Bom para o
seu município é
contar com as
soluções de um
parceiro bom
pra todos.**



No Banco do Brasil, as prefeituras contam com as melhores soluções em gestão de recursos, infraestrutura, educação e desenvolvimento socioeconômico. Pois, quando os municípios avançam, o País avança junto.



BOMPRATODOS